



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Reitoria/Conselho Superior

RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 226, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo do IFPE, *Campus Afogados da Ingazeira*.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho e considerando

- I - o Processo Administrativo nº 23294.035480/2023-34; e
- II - o Ofício nº 169/2023/PRODEN/REITORIA/IFPE,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *Campus Afogados da Ingazeira*, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no sítio do IFPE na internet e /ou no Boletim de Serviços do IFPE.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ CARLOS DE SÁ JUNIOR



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos de Sa Junior**, **Presidente(a) do Conselho Superior**, em 20/12/2023, às 14:36, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1020332** e o código CRC **CC8AA32E**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA**

**Projeto Pedagógico do Curso de
Segunda Licenciatura em Educação do Campo**

Afogados da Ingazeira - PE

2023



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA**

Reitor

José Carlos de Sá

Pró-Reitor de Ensino

Assis Leão da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Mário Antônio Alves Monteiro

Pró-Reitora de Extensão

Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão

Pró-Reitora de Integração e Desenvolvimento institucional

Juliana Souza de Andrade

Pró-Reitor de Administração

Rozendo Amaro de França Neto

Diretor Geral do *campus* Afogados da Ingazeira

Andrea Ferreira Dacal

Coordenadoras de Pesquisa e Extensão

Denise Josino Soares

Coordenador do Curso

Ivo Marinho Silva

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE SEGUNDA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Portaria CAFI/IFPE nº 224, de 15 de dezembro de 2023

Maria Amélia da Silva Costa
Alexsandro da Silva Cavalcanti
Cedric John Ayres
Christianne Torres de Paiva
Ivo Marinho Silva
Priscylla Kelly Pereira dos Santos

Revisão textual

Ivo Marinho Silva

Lista de Siglas

IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

CEFETs - Centro Federal de Educação Tecnológica

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

EAF - Escola Agrotécnica Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

ONU – Organização das Nações Unidas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB - Câmara de Educação Básica

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

NAPNE- Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

AEE- Atendimento Educacional Especializado

AACC - Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

CONSUP – Conselho Superior

CONIC - Congresso Nacional de Iniciação Científica

BID - Programa de Iniciação a Docência

TICs - Tecnologias da Informação e da Comunicação

PDE - Plano de Desenvolvimento do Ensino

NDE - Núcleo Docente Estruturante

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBIC AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas

PIBITI - Programa Institucional de Bolsas em desenvolvimento em Inovação Tecnológica

BIA - Programa de Bolsas de Incentivo Acadêmico

Pibex - Programa Institucional de Bolsas de Extensão

CONAES - Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior

GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo

PIC - Plano Institucional de Capacitação

SOE - Setor de Orientação Educacional

TAE – Técnico em Assuntos Educacionais

SIBI - Sistema Integrado de Bibliotecas

TEA - Tempo-Espaço Acadêmico

TEC - Tempo-Espaço Comunidade

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação da Instituição Mantenedora.....	08
Quadro 2: Identificação da Instituição proponente.....	08
Quadro 3: Identificação do Curso	09
Quadro 4: Indicadores de qualidade do curso.....	10
Quadro 5: Reformulação Curricular.....	10
Quadro 6: Status do Curso	11
Quadro 7: Número de professores que atuam em escolas do campo na região do Pajeú.....	28
Quadro 8: Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares	44
Quadro 9: Matriz Curricular.....	45
Quadro 10: Metas e avaliação do curso	65
Quadro 11: Formação e regime de trabalho do corpo docente.....	67
Quadro 12: Composição do NDE.....	71
Quadro 13: Perfil do coordenador do curso	73
Quadro 14: Colegiado do Curso.....	74
Quadro 15: Pessoal de Suporte do Campus.....	78
Quadro 16: Instalações e Equipamentos	80
Quadro 17: Biblioteca do IFPE-Campus Afogados da Ingazeira.....	81
Quadro 18: Biblioteca Virtual e Plataformas de pesquisa no IFPE	82

Sumário

1.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	9
1.1	Da mantenedora	9
1.2	Da Instituição proponente	9
1.3	Do curso	10
1.4	Indicadores de qualidade do curso	11
1.5	Reformulação curricular	11
1.6	Status do curso	12
2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12
2.1	Histórico do Instituto Federal de Pernambuco	12
2.2	Histórico do <i>campus</i> Afogados da Ingazeira	18
2.3	Histórico do curso	20
2.4	Justificativa do curso	24
2.4.1	Desígnio legal de promoção de licenciaturas	24
2.4.2	Criação do primeiro curso que atende à demanda da Educação do Campo do IFPE	25
2.4.3	Verticalização da oferta de cursos na área da Educação do Campo 25	
2.4.4	Atender as demandas do Plano Nacional de Educação (PNE).....	25
2.4.5	Necessidade de formação docente para atuação na Educação do Campo na região	28
2.4.6	Empoderamento dos povos do campo	30
3	OBJETIVOS	31
3.1	Objetivo geral	31
3.2	Objetivos específicos	31
4	REQUISITOS E FORMAS DE INGRESSO	32
5	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO DESEJADO	34
5.1	Áreas de competências e campo profissional	37
6	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	38
6.1	Concepções e Princípios Pedagógicos	38
6.2	Estrutura curricular	40
6.3	Atividades acadêmicas curriculares complementares	43
6.4	Matriz curricular	45
6.5	Ementário	46
6.6	Tratamento metodológico do ensino e da avaliação	56
6.7	Atividades de pesquisa e extensão	58

6.7.1	Atividades de pesquisa	59
6.7.2	Atividades de extensão	61
6.8	Aproveitamento de estudos equivalentes e de conhecimentos e experiências anteriores	63
6.9	Metas e avaliação do curso	64
7	CORPO DOCENTE, TÉCNICO ADMINISTRATIVO E PESSOAL DE SUPORTE	66
7.1	PERFIL DO CORPO DOCENTE	66
7.2	Distribuição dos componentes curriculares por docente	68
7.3	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	69
7.3.1	Atribuições do NDE	70
7.3.2	Composição do NDE	71
7.3.3	Coordenação do curso	71
7.3.4	Colegiado do Curso	74
7.3.5	Constituição do Colegiado do Curso	74
7.3.6	Atribuições do Colegiado do Curso	75
7.4	Coordenação de Apoio ao Ensino e ao estudante (CAEE)	76
7.5	Assessoria Pedagógica	77
7.6	NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas)	78
7.7	Pessoal de Suporte	78
8	INFRAESTRUTURA	79
8.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA	79
8.2	Instalações e Equipamentos	79
8.3	Biblioteca	81
8.4	Material Didático EAD	83
8.5	Política de Atualização de Acervo	84
8.6	Infraestrutura dos laboratórios de Informática	84
8.7	Infraestrutura do IFMAKER	85
	Referências	86

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Da mantenedora

Mantenedora	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Sigla	IFPE
Natureza Jurídica	Órgão público federal
CNPJ	10.767.239/0001-45
Endereço	Av. Prof. Luiz Freire, 500 - Cidade Universitária.
Cidade/UF/CEP	Recife-PE CEP 50740-545
Telefone	081 2125-1600
E-mail de contato	gabinete@reitoria.ifpe.edu.br
Sítio	http://www.ifpe.edu.br

Quadro 1: Identificação da Instituição Mantenedora.

1.2 Da Instituição proponente

Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Sigla	IFPE
Campus	Afogados da Ingazeira
CNPJ	10.767.239/0004-98
Categoria Administrativa	Pública Federal
Organização Acadêmica	Instituto Federal
Ato Legal de Criação	Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

Endereço	Rua Edson Barbosa de Araújo, s/n, Bairro Manoela Valadares
Cidade / UF / CEP	Afogados da Ingazeira/PE/56800-000
Telefone	(87) 3211-1207
E-mail de contato	direcao geral@afogados.ifpe.edu.br
Sítio do Campus	https://portal.ifpe.edu.br/afogados

Quadro 2: Identificação da Instituição proponente

1.3 Do curso

Dados de Identificação do Curso		
1	Denominação	Segunda Licenciatura em Educação do Campo
2	Área de Conhecimento (de acordo com a classificação da CAPES/ CNPq)	Ciências Humanas
3	Subárea (de acordo com a classificação da CAPES/ CNPq)	Educação
4	Nível	Graduação
5	Grau	Licenciatura
6	Modalidade	Presencial
7	Habilitação ou Ênfase	Não se aplica
8	Titulação	Licenciado em Educação do Campo
9	Carga Horária Total (CHT) horas-relógio (h/r)	780 h/a
10	Carga Horária Total (CHT) Horas-Aula (h/a)	780 h/a
11	Duração da hora-aula	60 min
13	CH Estudos integradores para enriquecimento curricular	20h
15	Carga horária total com Estudos integradores e de enriquecimento curricular	800h

16	Período de Integralização mínima	04 (quatro) semestres
17	Período de Integralização máxima	08 (oito) semestres
18	Forma de acesso	Processo seletivo
19	Pré-requisito para ingresso	Licenciatura concluída em qualquer área do conhecimento
20	Turno	Matutino e vespertino
21	Horário do Curso	07h às 12h e 13h às 18h
22	Número de Turmas por turno de oferta	01

Quadro 3: Identificação do Curso.

1.4 Indicadores de qualidade do curso

1	Conceito do Curso (CC)/ Ano	Ainda não realizado
2	Conceito Preliminar do Curso (CPC)/ Ano	Ainda não realizado
3	Conceito ENADE	Ainda não realizado
4	Índice Geral de Cursos (IGC) do IFPE	03 (2021)
5	Conceito Institucional (CI)	04 (2017)

Quadro 4: Indicadores de qualidade do curso.

1.5 Reformulação curricular

Trata-se de: (De acordo com a Resolução IFPE/CONSUP nº 29/2015)	(X) Apresentação do PPC de implantação do Curso
	() Reformulação Integral do PPC
	() Reformulação Parcial do PPC

Quadro 5: Reformulação Curricular

1.6 Status do curso

STATUS DO CURSO	
X	Aguardando autorização do Conselho Superior
	Autorizado pelo Conselho Superior
	Reconhecido pelo MEC
	Aguardando renovação de reconhecimento
	Renovação de Reconhecimento pelo MEC
	Aguardando autorização da reformulação integral do Curso pelo CONSUP
	Autorização da Reformulação Integral do Curso pelo Conselho Superior
	Aguardando autorização da reformulação parcial do Curso pela PRODEN
	Autorização da reformulação parcial do Curso pela PRODEN

Quadro 6: Status do Curso.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Histórico do Instituto Federal de Pernambuco

Em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto Nº 7.566, o Presidente Nilo Peçanha criava, em cada uma das capitais dos Estados do Brasil, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada a ministrar o ensino profissional primário e gratuito. Essas escolas tinham o objetivo de formar operários e contramestres. Os cursos nelas ministrados seriam oferecidos sob o regime de externato, funcionando das 10 às 16 horas. A Escola de Pernambuco iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1910.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram reformuladas posteriormente, em 1918 (Decreto Nº 13.064, de 12 de junho), conservando, contudo, o seu caráter de instituição destinada a meninos pobres e apresentando poucas

modificações em relação ao projeto original. Em 1937, pela Lei Nº 378, de 13 de janeiro, essas escolas passaram a ser denominadas Liceus Industriais.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) veio para modificar completamente as antigas Escolas de Aprendizes Artífices, que passaram a oferecer o Ensino Médio e, aos poucos, foram se configurando como instituições abertas a todas as classes sociais. A partir de 1942, o Ensino Industrial, que abrangia dois ciclos, o básico e o técnico, foi ampliado, passando a ser reconhecido como uma necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país.

Mais adiante, em 1959, a Lei nº 3.552 ampliou as estruturas do Ensino Industrial. Posteriormente, tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) quanto a Lei de Expansão e Melhoria do Ensino (Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) reformularam o Ensino Industrial.

Durante esse longo período, a Escola de Ensino Industrial do Recife, com as denominações sucessivas de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE), serviu à região e ao país, procurando ampliar sua missão de Centro de Educação Profissional. Até hoje, funcionou em três locais diversos: no período 1910/1923, teve como sede o antigo Mercado Delmiro Gouveia, onde funciona atualmente o Quartel da Polícia Militar de Pernambuco, no Derby; a segunda sede da escola localizou-se na parte posterior do antigo Ginásio Pernambucano, na Rua da Aurora. A partir do início do ano letivo de 1933, passou a funcionar na Rua Henrique Dias, nº 609, mais uma vez no bairro do Derby, sendo a sede oficialmente inaugurada em 18 de maio de 1934.

Uma nova mudança de endereço aconteceu em 17 de janeiro de 1983, quando a ETFPE passou a funcionar na Avenida Professor Luiz de Barros Freire, nº 500, no bairro do Curado, em instalações modernas, projetadas e construídas com o esforço conjunto de seus servidores e estudantes. Nessa sede, hoje, funciona o *campus* Recife do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Em 1999, por meio do Decreto S/N de 18/01/1999, a ETFPE foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, CEFET-PE, ampliando seu portfólio de cursos e passando também a atuar na

Educação Superior com cursos de formação de tecnólogos. Nesse quadro contínuo de mudanças e transformações, fruto, portanto, de um processo histórico, encontrava-se inserido o CEFET-PE, cujo futuro estava à mercê dos desígnios dos sistemas político e produtivo do Brasil.

Em 2004, com a publicação do Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o §2º do Artigo 36 e os Artigos 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foram criados os Cursos Técnicos na Modalidade Integrada. Já em 2005, o Decreto Nº 5.478, de 24 de junho de 2005, instituiu, no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Foi por meio do Decreto Nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, que as atuais Escolas Agrotécnicas Federais receberam a denominação de Colégios Agrícolas e passaram a oferecer os cursos Ginásiais Agrícolas e Técnico Agrícola. Em 04 de setembro de 1979, os Colégios Agrícolas passaram a se denominar Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs). Em novembro de 1993, as EAFs foram transformadas em Autarquias Federais, assim instituídas pela Lei Nº 8.731, passando a ser dotadas de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar.

É importante, ainda, pontuar as principais mudanças ocorridas no âmbito de atuação dos CEFETs, nas últimas três décadas, com as leis Nº 5.692/71 (Educação Profissionalizante Compulsória); Nº 7.044/82 (Educação Profissionalizante Facultativa); e Nº 8.948/94 (Criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica). Por meio dessas leis, o CEFET-PE expandiu seu raio de atuação com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – as UNEDs. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina – CEFET Petrolina- foi criado a partir da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Vilela – EAFDABV, pelo Decreto Presidencial (DOU nº. 227-A), de 26 de novembro de 1999.

Esse Centro recebeu, por força do Decreto nº. 4.019, de 19 de novembro de 2001, a Unidade de Ensino Descentralizada de Petrolina, à época pertencente ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco. A Portaria Ministerial Nº 1.533/92, de 19/10/1992, criou a UNED Pesqueira, no Agreste Central, e a Portaria Ministerial Nº 851, de 03/09/2007, criou a UNED

Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, fronteira com a região da Mata Sul do Estado.

Finalmente, com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE- hoje é constituído por um total de 16 *campi*, a saber: os *campi* de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas EAFs); os *campi* de Ipojuca e Pesqueira (antigas UNEDs do CEFET-PE); os *campi* de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns implantados na Expansão II da Rede Federal de Educação Profissional; além de mais sete *campi* implantados pela Expansão III), todos em funcionamento, além do Ensino a Distância com sede em Recife.

O Instituto Federal de Pernambuco promove a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e para o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE/PDI, 2014).

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às demandas sociais e que impulse o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando a formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente. Para tanto, deve proporcionar condições igualitárias de êxito a todos os cidadãos que constituem a comunidade do IFPE, tendo em vista a inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz (IFPE/PPPI, 2012).

Hoje o Instituto Federal de Pernambuco oferece os cursos em diferentes eixos e níveis, como por exemplo:

- Técnico Integrado: Alimentos (Barreiros), Agricultura (Vitória de Santo Antão), Agroindústria (Belo Jardim e Vitória de Santo Antão), Agropecuária (Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão), Edificações (Caruaru, Pesqueira e Recife), Eletrônica

(Recife), Eletrotécnica (Pesqueira e Recife), Eletroeletrônica (Garanhuns), Informática (Afogados da Ingazeira e Garanhuns), Informática para Internet (Belo Jardim), Manutenção e Suporte em Informática (Vitória de Santo Antão), Mecânica (Recife), Mecatrônica (Caruaru), Meio Ambiente (Garanhuns), Química (Recife), Refrigeração e Climatização (Recife), Saneamento (Afogados da Ingazeira e Recife), Segurança do Trabalho (Caruaru e Recife), Telecomunicações (Recife), Zootecnia (Vitória de Santo Antão).

- Técnico Subsequente: Administração (Paulista), Agricultura (Vitória de Santo Antão), Agroindústria (Afogados da Ingazeira, Belo Jardim e Vitória), Agropecuária (Belo Jardim), Artes Visuais (Olinda), Automação Industrial (Ipojuca), Computação Gráfica (Olinda), Construção Naval (Ipojuca), Cozinha (Cabo de Santo Agostinho), Edificações (Caruaru, Pesqueira e Recife), Eletrônica (Recife), Eletrotécnica (Pesqueira e Recife), Eletroeletrônica (Afogados da Ingazeira e Garanhuns), Enfermagem (Abreu e Lima e Belo Jardim), Hospedagem (Barreiros e Cabo de Santo Agostinho), Informática (Garanhuns), Informática para Internet (Belo Jardim, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes e EaD), Instrumento Musical (Barreiros), Logística (Cabo de Santo Agostinho e Igarassu), Manutenção Automotiva (EaD), Manutenção e Suporte em Informática (Palmares, Paulista e EaD), Mecânica (Recife), Mecatrônica (Caruaru), Meio Ambiente (Cabo de Santo Agostinho e Garanhuns), Petroquímica (Ipojuca), Qualidade (Jaboatão dos Guararapes), Química (Ipojuca e Recife), Rede de Computadores (Palmares), Refrigeração e Climatização (Recife), Saneamento (Afogados da Ingazeira e Recife), Segurança do Trabalho (Abreu e Lima, Caruaru, Ipojuca e Recife), Sistemas de Energia Renovável (EaD), Zootecnia (Vitória de Santo Antão), Telecomunicações (Recife).

- Tecnólogos: Agroecologia (Barreiros), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Recife), Design Gráfico (Recife), Gestão Ambiental (Recife e EaD), Gestão de Turismo (Recife), Radiologia (Recife).
- Bacharelados: Agronomia (Vitória de Santo Antão), Enfermagem (Pesqueira), Engenharia Civil (Recife e Afogados da Ingazeira), Engenharia Elétrica (Garanhuns e Pesqueira), Engenharia Mecânica (Caruaru e Recife).
- Licenciaturas: Licenciatura em Computação (Afogados da Ingazeira), Licenciatura em Física (Pesqueira), Licenciatura em Geografia (Recife, EaD), Licenciatura em Matemática (Pesqueira, EaD), Licenciatura em Música (Belo Jardim), Licenciatura em Química (Barreiros, Ipojuca e Vitória).
- Especialização: Ensino da Matemática para o Ensino Médio (EaD), Gestão Pública (EaD), Gestão e Qualidade e Tecnologia da Informação e Comunicação (*Campus* Jaboatão), Inovação e Desenvolvimento de Softwares para a Web e Dispositivos Móveis (Garanhuns), Ensino de Ciências (EaD), Educação do Campo (Afogados da Ingazeira).
- Mestrado: Mestrado Profissional em Gestão Ambiental (Recife), Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (Olinda).
- Qualificação profissional (PROEJA): Agricultura (Vitória), Agricultor Familiar (Barreiros), Almoхарife (Cabo de Santo Agostinho), Auxiliar de Técnico em Agropecuária (Barreiros), Operador de Computador (Barreiros), Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças (Barreiros), Operação e Manutenção de Computadores (Afogados da Ingazeira), Panificação (Afogados da Ingazeira).

Com isso, cada *campus* tem o seu potencial em pesquisa e extensão na área de seus cursos, fazendo com que Pernambuco, de uma maneira geral, aumente o número de pesquisadores e extensionistas, no que se refere a desenvolvimento tecnológico, com os programas de incentivo PIBIC, PIBIT e PIBEX. Além dos programas em parceria com a CAPES para fortalecimento da formação inicial de professores como o Residência Pedagógica e o PIBID.

A realização de Pesquisa constitui-se em uma das atividades básicas do exercício profissional dos docentes ativos do IFPE, de modo a promover o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas para os problemas e questões apontadas pela sociedade. As atividades dos Projetos de Pesquisa compreendem ações que visam ao desenvolvimento cultural, social, científico e tecnológico e à inovação, a partir da produção de conhecimentos científicos básicos, aplicados e tecnológicos.

2.2 Histórico do *campus* Afogados da Ingazeira

O *campus* Afogados da Ingazeira está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela Base de Dados do Estado de Pernambuco, este município está localizado na mesorregião do Sertão Pernambucano, composta por 41 municípios; também, pode ser agrupado na microrregião de desenvolvimento do Sertão do Pajeú, composta por 17 municípios. Região com expressiva densidade demográfica 92,90 hab/km² para o semiárido nordestino concentra a maior parte de sua economia no setor de serviços (90,12%). O município conta com a participação no Produto Interno Bruto do Estado de Pernambuco na ordem de 0,23%. Também, conta com o Índice de Desenvolvimento Humano médio de 0,657 e uma taxa de urbanização de 78,10%.

O *campus* Afogados da Ingazeira localiza-se no sertão do Estado de Pernambuco e foi inaugurado em agosto de 2010. Em seus primeiros passos, matriculou 236 estudantes nos três Cursos Técnicos Subsequentes com duração de 2 anos - Agroindústria, Saneamento e Eletroeletrônica.

Atualmente, com cerca de 1.127 estudantes, a matriz do *campus* é composta pelos Cursos Médio Integrados em Informática e Saneamento; Cursos Técnicos Subsequentes em Agroindústria, Eletroeletrônica e Saneamento; Licenciatura em Computação; Bacharelado em Engenharia Civil;

Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo; e Cursos de Qualificação Profissional de Jovens e Adultos – PROEJA em Manutenção e Suporte de Computadores e PROEJA em Panificação e Confeitaria, ofertados de forma concomitante ao Estado. Em pouco tempo de operacionalização, o *campus* se constituiu como um dos principais Centros Educacionais da Microrregião do Pajeú.

A estrutura física atual do *campus* inclui salas de aula, laboratórios específicos para as áreas de produção alimentícia, informática, física aplicada, infraestrutura e controle, cultura maker (IFMAKER) e processos industriais, biblioteca, sala de professores e coordenações de cursos, áreas de apoio com equipe multidisciplinar e espaços para os setores administrativos. Em relação aos recursos humanos, o *campus* apresenta avanços significativos desde a sua implantação e inauguração, viabilizadas pelo empenho de 7 servidores contratados à época. Atualmente, dispõe de um corpo docente composto por 54 servidores pertencentes ao quadro permanente e 3 professores substitutos; contando, ainda, com 37 técnicos administrativos.

O *campus* possui Laboratório Maker, contemplado pelo Edital nº 35/2020 da SETEC/MEC o qual teve como objetivo apoiar a criação de Lab IFMaker nas unidades acadêmicas da Rede Federal, exclusivamente por meio da aquisição de equipamentos, com o objetivo de disseminar os princípios que norteiam o ensino Maker e propiciar o desenvolvimento da cultura *learning by doing*. Ressalta-se que o *campus* obteve a 25ª posição e tal implementação favorece a execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo a comunidade local e, assim permitindo a ampliação das opções de qualificação profissional e formação técnica e tecnológica.

Ainda em relação à infraestrutura, o *campus* foi contemplado em Chamada Pública de Projetos REE 002/2019, da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), cujo objetivo foi selecionar projetos de eficiência energética no uso final de energia elétrica no âmbito Programa de Eficiência Energética (PEE) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANNEE). A instalação desse projeto propiciou uma redução no custo da energia elétrica e a utilização de energia de matriz renovável para operacionalizar as atividades do *campus*.

Ressalta-se que o *campus* oferta o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) contemplado pelo Edital CAPES nº23/2022 obtendo a 6ª colocação da Chamada Pública Nacional e oferta atualmente 24 bolsas para os estudantes da Licenciatura em Computação e 3 docentes supervisores. Ainda, foi contemplado no Edital CAPES nº 24/2022 com o Programa Residência Pedagógica ofertando atualmente 15 bolsas para os estudantes da Licenciatura e 2 docentes perceptores. Cabe ainda salientar que, o *campus* oferta o Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra visando à formação continuada de professores da Região do Pajeú e nessa formação abrange 5 municípios da mencionada região (Afogados da Ingazeira, Serra Talhada, Ingazeira, Igaraci e Quixaba).

2.3 Histórico do curso

A área de educação voltada para as áreas rurais teve seu surgimento nos anos 1990, dentro de um contexto de batalhas pela Reforma Agrária. Por esse motivo, sua base fundamental está estreitamente ligada aos movimentos sociais que atuavam nessas regiões. Foi dentro desses movimentos que surgiu a percepção da necessidade de ampliar a luta pela terra para incluir também a luta por uma educação específica para as comunidades rurais. Essa luta culminou na concepção do PRONERA, um programa direcionado à educação no âmbito da Reforma Agrária. Inicialmente, focava na alfabetização de jovens e adultos, além da formação de professores que pertenciam aos assentamentos.

O PRONERA, conforme Molina e Jesus (2010) veio “em resposta à hegemonia do modelo de organização da agricultura nacional, que Movimentos Sociais e sindicais se organizam e lutam para construir estratégias coletivas de resistência, que lhes possibilitem continuar garantindo sua reprodução social, a partir do trabalho na terra. A luta pelo acesso ao conhecimento e à escolarização faz parte desta estratégia de resistência, e nela se encontram o PRONERA e a Educação do Campo”.

A política pública de formação de educadores do campo vem à luz por meio das proposições reivindicadas na “Declaração Final Por uma Política Pública de Educação do Campo”, produzida pela “II Conferência Nacional Por

uma Educação do Campo”, realizada em Luziânia-GO, nos dias 02 a 06 de agosto de 2004.

A proposição relativa à formação docente específica para o campo foi expressa assim: Garantir a formação específica de educadoras e educadores do campo, pelas universidades públicas e gratuitas, pelo poder público, em parceria com os movimentos sociais (INTER-AÇÃO, 2004, p.291).

O processo de criação de cursos de licenciatura em Educação do Campo em nível nacional foi desencadeado com a formulação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, como uma iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC. O objetivo do PROCAMPO é dar suporte à introdução de programas habituais de Licenciatura em Educação do Campo em instituições de ensino superior em todo o território nacional. Esses programas são direcionados especialmente para a capacitação de educadores que atuarão no ensino dos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, concentrando-se nas escolas localizadas em áreas rurais.

Essa necessidade surgiu a partir das críticas relacionadas à escassez de professores capacitados tecnicamente, pedagogicamente e politicamente para trabalharem nas escolas rurais. Como resposta a essa demanda impulsionada pelos movimentos sociais, o Ministério da Educação (MEC) assume a responsabilidade pela expansão de cursos superiores voltados à formação de professores. Dessa forma, as Licenciaturas em Educação do Campo, divididas por áreas de conhecimento, agregam mais de 45 programas desenvolvidos por diversas Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o Brasil. Dentro desse contexto, esses cursos foram elaborados levando em consideração a realidade do trabalho nas áreas rurais, especialmente na agricultura familiar, e suas lutas, apoiando-se nos princípios fundamentais emergentes do paradigma da Educação do Campo.

“Um dos fundamentos centrais da Educação do Campo refere-se à articulação de seus postulados ao entendimento da necessidade da construção de um novo projeto de nação para a sociedade brasileira. Projeto este cuja centralidade se dê a partir da busca da garantia das condições dignas de vida

para todos, o que exige redistribuição de renda, de terra, de poder e conhecimento” (MOLINA, 2009).

O princípio fundamental da Educação do Campo reside na conexão essencial que deve existir entre os estudantes e o contexto de vida no qual eles desempenham papéis ativos durante o processo educativo. Aspectos como a reprodução social, a cultura, o trabalho e as condições de vida dos indivíduos que vivem nas áreas rurais não devem ser negligenciados por uma visão limitada que enfoque apenas a educação escolar. No cerne desse debate, a compreensão da Educação do Campo não está desvinculada da discussão sobre as áreas rurais.

As especificidades desta proposta, em relação a outras tendências conceituais sobre educação, devem-se ao fato de sua permanente associação e integração com as questões do desenvolvimento e do contexto na qual ela se enraíza. Sua base de sustentação é que o campo deve ser compreendido para muito além de um espaço meramente de produção agropecuária. Ou seja, ela concebe o rural como espaço de vida, de produção, de relações sociais, de produção de cultura, história e conhecimento, de lutas e organizações dos distintos sujeitos que nele vivem. Sua relação com a cidade é de recíproca complementaridade.

A concepção de educação, da expressão Educação do Campo, vincula-se aos contextos nos quais desenvolvem esses processos educativos. Ela exige visão ampliada dos processos formativos envolvendo os processos culturais, as estratégias de socialização, as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manter e fortalecer essa identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo.

As reflexões sobre Educação do Campo são indissociáveis do debate sobre a construção de um novo projeto de nação; sobre a mudança do modelo de desenvolvimento brasileiro e sobre o papel do campo e da educação neste modelo.

As concepções teóricas que devem orientar esta proposta visam criar possibilidades de formação que oportunize aos estudantes a perceberem as contradições existentes no modelo de desenvolvimento vigente no campo brasileiro; bem como propiciar espaços de produção de criatividade, para que possam perceber a diferença que determinadas condutas podem ter na relação

com os agricultores e agricultoras e na construção ou desconstrução de estratégias eficazes de promoção do desenvolvimento rural.

Nesta perspectiva, em 2019 o *campus* Afogados da Ingazeira publicou Edital de Seleção de estudantes para a primeira turma da Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo, resultando em aproximadamente 518 inscrições para a turma de 25 vagas. Diante da procura, o PPC foi alterado, passando a ofertar 30 vagas.

Sendo assim, este projeto pedagógico do curso (PPC) quer afirmar o propósito dos sujeitos que o demandam de promover uma formação docente coerente para contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento endógeno ao campo, comprometido com a sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e cultural dos sujeitos do campo.

O compromisso do curso concretiza-se numa perspectiva de escola que se articula com os projetos sociais e econômicos do campo, que cria uma conexão direta entre formação e produção, entre educação e compromisso político. Uma escola que, em seus processos de ensino e de aprendizagens, considera o universo cultural e as formas próprias de aprendizagens dos povos do campo, que reconhece e legitima esses saberes construídos a partir de suas experiências de vida. Uma escola que se transforma em ferramenta de luta para a conquista de seus direitos como cidadão” (ANTUNES-ROCHA, 2011).

O projeto popular de desenvolvimento para o país, conseqüentemente para o campo, coloca o imperativo de uma formação que contribua para o desenvolvimento de um perfil de educador que atenda de fato às necessidades da realidade campesina. O perfil que atenda à realidade do campo da agricultura familiar exige um educador que tenha compromisso com os princípios da Educação do Campo. Nesse sentido, “as necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com uma formação mais ampliada, mais abrangente, já que ele terá de dar conta de uma série de dimensões educativas” (ANTUNES-ROCHA, 2011).

Como se trata, na maioria das vezes, de formação de profissionais em serviço, a organização do curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo lança mão da Alternância, como um método, um princípio educativo para dar conta da formação para o perfil profissional desejado.

2.4 Justificativa do curso

A situação atual da Educação do Campo é marcada por uma série de desafios que comprometem significativamente a qualidade do ensino oferecido nessas áreas. As pesquisas atuais apontam que a insuficiência e precariedade das estruturas físicas das escolas são questões persistentes, afetando negativamente o ambiente de aprendizagem. Além disso, a escassez de professores(as) qualificados e estáveis é um problema crucial, resultando em alta rotatividade e instabilidade no corpo docente. A ausência de suporte pedagógico e supervisão escolar nas comunidades rurais é uma lacuna preocupante, assim como a predominância de classes multisseriadas sem orientação específica para lidar com essa realidade complexa. A falta de alinhamento dos currículos escolares com a realidade local e a ausência de projetos pedagógicos construídos de forma participativa comprometem a pertinência e eficácia do ensino. Adicionalmente, urge uma reavaliação das políticas de nucleação das escolas e a implementação de um calendário escolar adaptado às demandas e peculiaridades do meio rural, visando uma educação mais contextualizada e inclusiva para essas comunidades.

A listagem a seguir apresenta os argumentos e dados que embasaram a proposição da criação do curso superior de Segunda Licenciatura em Educação do Campo no IFPE, *campus* Afogados da Ingazeira, o que consolida a viabilidade de implantação do curso. Tais itens são resultados de intenso debate entre os docentes, servidores e representantes dos movimentos populares locais.

2.4.1 Desígnio legal de promoção de licenciaturas

A Lei 11.892 (MEC, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), também determina que as instituições tenham, no mínimo, 20% de suas vagas em cursos de Licenciatura,

demonstrando a importância que o Instituto Federal de Pernambuco tem na formação de professores para a sociedade.

2.4.2 Criação do primeiro curso que atende à demanda da Educação do Campo do IFPE

Trata-se da primeira oferta de um curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo do IFPE. Por ser inédito, também evita a sobreposição (concorrência) com outras Licenciaturas do próprio IFPE, favorecendo projetos multicampi que valorizam experiências de colaboração entre os cursos.

2.4.3 Verticalização da oferta de cursos na área da Educação do Campo

Segue o princípio de verticalização do ensino, considerando que o *campus* já oferta uma pós-graduação a nível de *lato sensu* e também o curso de aperfeiçoamento Escola da Terra ligado a SECADI tendo como alvo a formação continuada de professores. Esse contexto favorece a minimização de custos com recursos materiais e humanos para o IFPE *campus* Afogados da Ingazeira, já que cria vínculo com os egressos oferecendo à população da região uma oportunidade viável de dar continuidade aos estudos.

2.4.4 Atender as demandas do Plano Nacional de Educação (PNE).

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação contextualizada é relativamente recente e inovador. Apesar disso, tal visão ganha força e progride ao menos desde a publicação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002) pelo Conselho Nacional de Educação. Pois esta publicação trouxe um reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro de que as populações campestres têm direito a uma educação adaptada às suas necessidades geográficas, as quais vão além de questões materiais ou peculiaridades espaciais, físicas e econômicas. Tais necessidades também englobam os aspectos culturais que precisam ser considerados para a formação integral dos indivíduos garantindo-lhes os seus direitos sociais (HENRIQUES et al., 2007).

Neste contexto, o Plano Nacional da Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 estabelece na sua meta 2 a busca da universalização e ampliação de acesso e atendimento a todos os níveis educacionais. De maneira mais

específica, a meta 8 instrui-nos a elevar a escolaridade média da população, buscando alcançar, no mínimo, 12 anos de escolaridade para as populações do campo. Já em relação a qualificação dos docentes, a meta 15 se apoia nos incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mencionando a necessidade de assegurarmos “que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Complementando, a meta 16 nos diz que devemos buscar “garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”.

Tendo em vista atender essas metas, entendemos que a criação de um curso de Licenciatura em Educação do Campo contribui para a promoção da política nacional de educação do campo, iniciada em 2003 pelo Ministério da Educação (MEC) e que vem sendo formulada pela atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), através da Coordenação Geral de Educação do Campo (CGED) e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo (GPT).

Em consonância com as metas citadas do PNE, destacamos duas ações: a criação do Programa Saberes da Terra com o objetivo de garantir a educação dos jovens e adultos do campo através da rede pública de ensino e com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo; e a construção de um Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo, o qual traz em seu eixo 2, no item de formação inicial de professores, o plano de ação que prevê a criação de “cursos de Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO ofertados pelas Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Ensino Superior”.

Percebemos portanto que o programa e o plano possuem objetivos complementares. Afinal, para ampliarmos a inclusão da população do campo ao exercerem o seu direito à educação, é necessário que a rede pública de ensino tenha uma organização curricular e metodológica adequada às condições do campo. O que por sua vez exige que os profissionais da educação estejam suficientemente qualificados, não apenas no conteúdo das

disciplinas que lecionam, mas de modo que sejam capazes de se adequarem ao ensino no campo ao ponto de contribuir com a formação da organização curricular e metodológica além de aplicá-la com sucesso em suas instituições de ensino.

Nessa perspectiva essas ações coadunam perfeitamente com os objetivos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), que tem como objetivos:

- I- Oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme área de atuação, aos professores indígenas, quilombolas e do campo, ou que atuam na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância;
- II - Formar docentes e pedagogos para a atuação na educação escolar indígena, na educação do campo, na educação escolar quilombola, na educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos, em consonância com as Diretrizes Curriculares específicas de cada grupo;
- III - Fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo deste edital, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos, tempos e espaços; e
- IV - Estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa.

A despeito de grandes avanços das políticas públicas para a inclusão produtiva e geração de renda no campo, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Crédito Fundiário, das políticas para mulheres rurais, das políticas de Educação do Campo, da expansão da Educação Profissional pelos Institutos Federais entre outros, ainda persistem bolsões de pobreza e de extrema

pobreza em nosso país, sobretudo, nos municípios pequenos e nas regiões periféricas aos processos de desenvolvimento do nosso estado.

Essas desigualdades geográficas entre as zonas urbanas e rurais no país se mostram no indicador 2B do relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação. Há uma divergência de 11,0 pontos percentuais da população de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído, sendo 82,8% na zona urbana e apenas 71,8% na zona rural. E considerando o fator econômico, entre os 25% mais pobres este índice de conclusão é de apenas 67%. E um dos fatores que aprofundam esta desigualdade é que, na maioria das vezes, os profissionais que se encontram atuando na educação do campo não possuem perfil para atuar nessas escolas e no contexto da agricultura familiar, sobretudo, em regiões remotas e de baixa atividade econômica. Este descasamento entre formação e necessidades da realidade do trabalho contribuem para esta discrepância negativa do aproveitamento acadêmico das zonas urbanas e rurais. Temos portanto práticas pedagógicas desconexas com a realidade campesina.

2.4.5 Necessidade de formação docente para atuação na Educação do Campo na região

Trazemos os dados fornecidos em 2022 pelo INEP a respeito dos docentes em Pernambuco com formação superior de licenciatura (ou bacharel com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona. Percebemos esta desigualdade de qualificação docente tanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 72,7% na localização urbana e 61,4% na rural, quanto nos anos finais, com 57,4% na localização urbana e apenas 29,9% da rural.

Entre todas as justificativas aqui apresentadas, destacamos a necessidade de formação docente para atuar nas turmas da educação do campo na região do Pajeú. A oferta do curso será no *campus* Afogados da Ingazeira por se constituir como um polo educacional e de desenvolvimento na localidade.

A necessidade é justificada a partir de dados obtidos através de um diagnóstico realizado na rede pública de ensino, municipal e estadual. A Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (SEDE) e a Gerência De Políticas Educacionais Do Campo (GEPEC) nos forneceu um diagnóstico

da região do Sertão do Pajeú. Neste, consta que dos 128 docentes que atuam em Escolas do Campo da região, apesar de todos terem alguma formação superior, nenhum tem formação específica em Educação do Campo. E na seguinte tabela pode-se ver a distribuição dos professores por município, escola e fase do ensino fundamental.

Número de Professores que atuam em Escolas do Campo na região do Pajeú				
Município	Número de Escolas	Anos Iniciais	Anos Finais	Inicial + Final
Santa Terezinha	4	11	0	11
Serra Talhada	50	50	0	50
Tabira	7	9	0	9
Ingazeira	5	8	8	8
Afogados da Ingazeira	17	34	12	46
Itapetim	7	35	0	35
Tuparetama	2	12	15	27
Iguaracy	9	31	10	41
Quixaba	6	26	20	46
Solidão	3	14	20	34
Santa Cruz da Baixa Verde	4	11	5	16
São José do Egito	10	36	30	66
Brejinho	2	2	5	7
Total	119	279	125	404

Quadro 7: Número de professores que atuam em escolas do campo na região do Pajeú.

Sanar este problema passa pela estratégia de uma formação que viabilize o perfil profissional e humano desejado para a atuação com o segmento campestre, havendo uma demanda urgente de cursos apropriados aos da Licenciatura em Educação do Campo para facilitar o acesso e permanência dos docentes. Historicamente, as Licenciaturas em Educação do Campo vêm se consolidando no País por forças políticas dos movimentos sociais do campo, numa perspectiva estratégica de fortalecer a luta pela Educação do Campo por meio da qualificação específica de educadores com o perfil da Educação do Campo. Contudo, até o momento, no estado de Pernambuco, não há formação de professores em Educação do Campo por meio de um curso de licenciatura.

Conforme Caldas (2011), o papel dos Institutos Federais como cursos de formação de professores é fundamental para reduzir o déficit entre a

demanda e a oferta de licenciaturas no país. Este projeto, portanto, serve de referência pioneira no estado de Pernambuco, ao proporcionar uma formação com qualificação profissional de educadores/as, apropriada à realidade da agricultura familiar e camponesa em um estado com fortes raízes agrícolas. Deste modo, o *campus* de Afogados da Ingazeira, por já ter experiência com a pós-graduação em Educação do Campo, toma a frente para servir como modelo aos outros *campi* do Instituto Federal de Pernambuco para que possam levar este projeto às respectivas realidades distintas do Sertão do Pajeú.

2.4.6 Empoderamento dos povos do campo

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação contextualizada e inovadora ganha força a partir da publicação da Resolução nº 1, de 3 abril de 2002, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB), das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (MEC, 2002).

A educação desempenha um papel essencial no empoderamento dos povos do campo, pois é um instrumento fundamental para promover transformações sociais, econômicas e culturais significativas. Ao ter acesso a uma educação de qualidade, os sujeitos do campo podem adquirir conhecimentos, habilidades e ferramentas necessárias para compreender, questionar e enfrentar os desafios que enfrentam em suas comunidades. Além disso, uma educação contextualizada e voltada para a realidade do campo capacita os indivíduos a valorizarem e preservarem suas tradições culturais, fortalecendo sua identidade e autoestima, se tornem agentes ativos na busca por melhores condições de vida, na defesa de seus interesses e na participação ativa nos processos de desenvolvimento local. Portanto, a educação representa não apenas um caminho para aprimorar as oportunidades individuais, mas também um meio fundamental para promover a autonomia, a inclusão e o empoderamento coletivo dos povos do campo.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- Formar professores, pela Segunda Licenciatura em Educação do Campo, na área de educação, habilitados para atuar em instituições escolares e não-escolares na docência em educação; no ensino básico, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio; nos componentes curriculares de formação pedagógica, bem como na educação do campo, gestão educacional e área de ciências agrárias.

3.2 Objetivos específicos

I - Propiciar, na formação dos(as) licenciandos(as), o conhecimento dos princípios da Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e da Agroecologia, bem como dos pressupostos teóricos e metodológicos para atuarem com Povos dos Campo;

II -Preparar os(as) licenciandos(as) para realizarem atividades didático-pedagógicas que fomentem a construção do conhecimento priorizando a unidade teórico-prática com ênfase na proteção, preservação, conservação e recuperação dos agroecossistemas e das identidades dos Povos do Campo;

III - Desenvolver nos(as) licenciandos(as) sensibilidade para o diálogo entre saberes locais e saberes acadêmicos, articulando a compreensão dos fenômenos naturais, sociais e políticos com a atuação transformadora dos contextos campesinos;

IV - Preparar os(as) licenciandos(as) para compreenderem as novas ruralidades e seu papel no desenvolvimento sustentável para superar a dicotomia campo-cidade;

V - Qualificar os/as licenciandos(as) para atuarem na educação não formal conforme a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), de organização social, comunitária, produtiva, cooperativista, como agentes do

desenvolvimento sustentável e solidário para empoderamento dos povos do campo do semiárido;

VI - Contribuir para que os/as licenciandos(as) melhorem a compreensão e prática de valores e princípios da segurança alimentar e nutricional e economia solidária;

VII - Capacitar os/as licenciandos(as) para melhor aplicar diagnósticos, planejar, elaborar e implantar projetos pedagógicos, produtivos, sociais, ambientais de intervenção e gestão de processos em propriedades familiares, assentamentos, comunidades camponesas, quilombolas, propriedades escolares, entre outros;

VIII - Desenvolver nos(as) licenciandos(as) habilidades para o trabalho com as questões de gênero, etnia, geração, sucessão na agricultura familiar, justiça geracional e com as políticas públicas e a convivência com o semiárido;

IX - Ajudar os(as) licenciandos(as) a fortalecer metodologias de construção de identidade de campo, baseada numa ideologia de classe trabalhadora campesina;

X - Ajudar os(as) licenciandos(as) a promover um modelo de desenvolvimento endógeno ao campo, comprometido com a sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e cultural da terra e dos seus sujeitos em sua pluralidade;

XI - Propiciar aos(às) licenciandos(as) conhecimentos e habilidades para diagnosticar as necessidades educacionais dos sujeitos do campo, do ponto de vista técnico, social, cultural e de gênero e etnia, a partir das atividades do curso.

4 REQUISITOS E FORMAS DE INGRESSO

O acesso ao curso de Segunda Licenciatura ocorre por processo seletivo, pautado nos princípios institucionais, de acordo com a legislação vigente e presente em edital próprio, sendo realizada com uma nova entrada anual, conforme disponibilidade (infraestrutura e docentes) institucional. O

público-alvo deve ser composto por portadores de diploma de licenciatura plena, em qualquer área do conhecimento, outorgados por instituições de ensino superior devidamente reconhecidas e credenciadas pelo MEC e com validade para todo o território nacional.

Poderão se matricular nos cursos implementados por meio deste edital os professores da rede pública de educação básica, das redes de formação por alternância, e o público de demanda social (cota) que:

- I - Tiverem currículo cadastrado na Plataforma Freire (<https://freire.capes.gov.br/>);
- II - Forem selecionados pela IES ofertante, conforme as regras deste edital e demais critérios que poderão ser estabelecidos pela instituição;
- III - Possuírem certificado de conclusão do Ensino Médio, caso o curso pleiteado seja de Primeira Licenciatura;
- IV - Possuírem diploma de Licenciatura, caso o curso pleiteado seja de Segunda Licenciatura; e
- V - Apresentarem comprovação específica, de acordo com a legislação vigente, caso sejam indígenas, quilombolas, pardos, pretos, populações do campo, pessoas surdas ou público-alvo da educação especial.

O IFPE se responsabilizará pela seleção dos candidatos às vagas e deverá exigir, antes de matriculá-los, a comprovação de que eles atendem aos requisitos de participação listados acima. Os candidatos serão avaliados com base em seus currículos, destacando-se experiências profissionais, formação acadêmica, cursos de aperfeiçoamento e participação em eventos.

O processo de seleção busca identificar indivíduos não apenas qualificados academicamente, mas também comprometidos com a prática e a promoção da inclusão. Acreditamos que a valorização da experiência prática e do engajamento atual na área contribuirá para a formação de profissionais mais capacitados e alinhados com as demandas da Educação do Campo.

Serão critérios mínimos a serem incorporados nos editais de seleção de estudantes os seguintes: tempo de atuação profissional na área de educação inclusiva; tempo de vínculo empregatício com as redes públicas da educação básica e/ou das redes de formação por alternância. Dar-se-á também

preferência aos professores indígenas, quilombolas, pardos, pretos, pertencentes a populações do campo, pessoas surdas e público-alvo da educação especial.

Das 40 vagas ofertadas por turma, 50% serão reservadas para professores das redes públicas da educação básica e/ou das redes de formação por alternância que já atuam na área do curso sem possuir a formação adequada. Haverá cotas para indígenas, quilombolas, pardos, pretos, populações do campo, pessoas surdas e público-alvo da educação especial; a proporção mínima das vagas será igual à soma de Pretos, Pardos, Indígenas (PPI) e Pessoas com Deficiência (PcD) na população da unidade da Federação onde ocorrerá a oferta de vagas, conforme o último censo demográfico divulgado pelo IBGE.

Para candidatos que participarem do processo seletivo por meio de Políticas Afirmativas, deverá ser levada em consideração a Lei N° 14.723, de 13 de Novembro de 2023, que altera a Lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o Ensino Médio ou Fundamental em escola pública.

Os candidatos autodeclarados como pretos, pardos ou indígenas que concorrem às vagas reservadas deverão participar do procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração ou de aferição da condição de indígena autodeclarada. Cabe aos candidatos certificarem-se de que cumprem os critérios estabelecidos para concorrer às vagas destinadas à população negra (pretos e pardos) ou indígena, assim como às vagas destinadas a pessoas com deficiência. Os critérios de desempate adotado será o de maior idade, conforme estabelecido pela Lei N°10.741 de 2003.

5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO DESEJADO

O Licenciado em Educação do Campo será habilitado para atuar em instituições escolares e não-escolares na docência em educação; no Ensino Básico, no Ensino Fundamental e Ensino Médio; nos componentes curriculares

de formação pedagógica, bem como na educação do campo e gestão educacional.

Esse educador, identificado pelas pautas do campo, será comprometido ética e politicamente com os sujeitos que habitam e que lutam pelos múltiplos espaços que se caracterizam como o campo, em sua diversidade. Nessa perspectiva, deseja-se um profissional embasado e com qualificação metodológica suficiente para desenvolver o ensino e aprendizagem na perspectiva da Educação do Campo, Pedagogia da Alternância, Agroecologia entre outras.

Defende-se que o educador assuma postura crítica, com visão ética, humanística e holística para assumir responsabilidades na educação formal e não-formal, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e solidário dos Povos dos Campos, das Águas e das Florestas. Esse fazer docente, também inclui colocar-se como promotores/as de desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar, adotando os princípios da educação do campo e da agroecologia.

O egresso do curso de Licenciatura em Educação do Campo deverá, em termos de conhecimento, habilidade e postura ser:

I - Um articulador do conhecimento dos princípios da Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e da Agroecologia, bem como dos pressupostos teóricos e metodológicos para atuarem com Povos do Campo;

II - Realizar atividades didático-pedagógicas que fomentem a construção do conhecimento priorizando a unidade teórico-prática com ênfase na proteção, preservação, conservação e recuperação dos agroecossistemas e das identidades dos Povos do Campo;

III - Desenvolver nos(as) licenciandos(as) a sensibilidade para o diálogo entre saberes locais e saberes acadêmicos, para articular a compreensão dos fenômenos naturais, sociais e políticos com a atuação transformadora dos contextos camponeses;

IV - Preparar os(as) licenciandos(as) para compreenderem as novas ruralidades e seu papel no desenvolvimento sustentável com o fito de superar a dicotomia campo-cidade;

V - Qualificar os/as licenciandos(as) para atuarem em processos de educação não formal conforme a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), de organização social, comunitária, produtiva, cooperativista, como agentes do desenvolvimento sustentável e solidário com vistas ao empoderamento dos povos do campo do semiárido;

VI - Contribuir para que os/as licenciandos(as) melhorem sua compreensão e prática dos valores e princípios da segurança alimentar e nutricional e da economia solidária;

VII - Capacitar os/as licenciandos(as) para melhor aplicar diagnósticos, fazer planejamentos, elaborar e implantar projetos pedagógicos, produtivos, sociais, ambientais de intervenção e gestão de processos em propriedades familiares, assentamentos, comunidades camponesas, quilombolas, propriedades escolares, entre outros;

VIII - Desenvolver nos(as) licenciandos(as) habilidades para o trabalho com as questões de gênero, etnia, geração, sucessão na agricultura familiar, justiça geracional e com as políticas públicas e a convivência com o semiárido;

IX - Ajudar os(as) licenciandos(as) no fortalecimento de metodologias de construção de identidade de campo, baseada em uma ideologia de classe trabalhadora campesina;

X - Ajudar os(as) licenciandos(as) a promover a construção de um modelo de desenvolvimento endógeno ao campo, comprometido com a sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e cultural da terra e dos seus sujeitos em sua pluralidade;

XI - Propiciar aos(às) licenciandos(as) conhecimentos e habilidades para diagnosticar as necessidades educacionais dos sujeitos do campo, do ponto de vista técnico, social, cultural e de gênero e etnia, a partir das atividades do curso.

5.1 Áreas de competências e campo profissional

O curso irá conferir aos formandos diploma na modalidade de Segunda Licenciatura em Educação do Campo e competências que incluam a compreensão fundamental no desenvolvimento de práticas pedagógicas tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, todas centradas na prática docente que considere a diversidade e valorização dos povos do campo. Dentro dessa perspectiva, o ensino é concebido como uma atividade educativa intencional e metódica, construída no contexto de relações sociais, étnico-raciais e produtivas.

O/A Licenciado/a em Educação do Campo do IFPE, poderá atuar em ensino e gestão na Educação Básica em contextos do campo, na Educação de Jovens e Adultos (EJA campo). Poderá também atuar em modalidades ou campos específicos, tais como:

- a) na docência multidisciplinar no Ensino Fundamental e nos cursos de Ensino Médio das Escolas do Campo;
- b) na organização do sistema educacional (como gestores escolares, planejadores, coordenadores, supervisores, etc.), de unidades, projetos e experiências educacionais escolares e não escolares relacionadas ao campo;
- c) Atuação pedagógica nas comunidades rurais, o que significa uma preparação específica para o trabalho pedagógico com as famílias e ou grupos sociais de origem dos estudantes, nas organizações sociais e movimentos sociais para a implementação de projetos educativos de desenvolvimento comunitário sustentável.

d) em outras áreas emergentes do campo educacional.

6 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1 Concepções e Princípios Pedagógicos

Principalmente, o diálogo acerca do trabalho realizado nas áreas rurais, que carrega consigo a essência da cultura, associada às interações sociais e aos procedimentos produtivos presentes na vida social dessas regiões. Isso delinea uma concepção específica de educação. Essa perspectiva nos conecta a uma linha teórica que entende a natureza da educação como intrinsecamente ligada ao propósito do trabalho. Essa concepção nos aproxima e nos identifica como herdeiros de uma tradição educacional com viés emancipatório e socialista: essa tradição é responsável por acumular reflexões sobre a formação proporcionada pelo trabalho, sobre a relação entre a educação e os processos de produção e compreende que não é viável pensar em educação sem levar em consideração os indivíduos reais envolvidos e os processos formativos que os moldam como seres humanos dentro da prática social (CALDART, 2008).

É preciso ousar para mudar a educação para desalienar os sujeitos do próprio trabalho. O curso embasado nestas concepções presume-se que ele criará espaços institucionais para a germinação de mudanças nas práticas docentes das Ciências Agrárias e deverá ajudar a formar um novo educador, uma nova educadora, conforme preconizado por Freire (1987).

A Pedagogia da Alternância é parte estruturante do curso e se constitui como um dos desafios principais, que é a promoção de espaços de integração e articulação entre o Tempo-Espaço-Acadêmico e Tempo-Espaço-Comunidade. Esse processo se configura como importante relação do contexto acadêmico com o espaço rural, de modo a integrar adequadamente as práticas pedagógicas com os espaços campestres sem descaracterizar o contexto sociocultural dos atores envolvidos no processo educativo.

O curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o Tempo-Espaço-Acadêmico e o Tempo-Espaço-Comunidade.

Esses tempos são descritos como:

1) Tempo-Espaço-Acadêmico – corresponde ao período em que o acadêmico permanecerá na IES em contato direto com o saber sistematizado, planejando e recebendo orientações dos docentes. Neste período, os acadêmicos desenvolvem as atividades comuns, previstas para sua formação. É composto por aulas expositivas, oficinas, seminários e outras atividades desenvolvidas no ambiente acadêmico. Neste espaço, também desenvolver-se-á também um tempo de retorno que se constitui em um momento de socialização dos trabalhos desenvolvidos na comunidade e apresentado no ambiente acadêmico, através da apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

2) Tempo-Espaço-Comunidade - momentos destinados à construção das práxis pedagógica e da intervenção político-pedagógica dos sujeitos. Corresponde ao período em que o acadêmico é motivado a partilhar seus conhecimentos e experiências de sua atividade profissional e/ou familiar, na comunidade ou nas instâncias de participação social e de classe. No tempo comunidade o estudante desenvolverá pesquisas, projetos experimentais, atividades grupais, entre outras atividades com acompanhamento pedagógico dos docentes.

O Tempo Comunidade é composto por 3 fases que acontecem ao longo dos 3 semestres, denominadas Vivências Compartilhadas I, II e III. Em cada semestre, serão desenvolvidas atividades específicas, descritas a seguir.

- Semestre I - Vivências compartilhadas I: diagnóstico
- Semestre II - Vivências compartilhadas II: avaliação e planejamento
- Semestre III - Vivências compartilhadas III: intervenção

O tempo comunidade será acompanhado através de orientação e supervisão por um professor do curso e as atividades propostas serão relacionadas com os conteúdos das ementas, propiciando a relação entre teoria e prática.

Dentro das Vivências Compartilhadas a serem realizadas nas escolas ou comunidades será priorizado o desenvolvimento de atividades de extensão

numa perspectiva de articular o espaço do tempo escola com o tempo comunidade, numa perspectiva de estreitamento entre teoria e prática, e uma maior vinculação entre o ambiente acadêmico e a comunidade campesina.

6.2 Estrutura curricular

A organização curricular está baseada na finalidade de garantir ao/à estudante, a oferta de componentes curriculares integrados a diversas atividades através de princípios formativos, tais como: interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, relação teoria e prática, democratização e articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, será desenvolvido sob 04 eixos orientadores, que constituem os módulos I -Estudos básicos; II- Estudos específicos; III- Gestão de processos educativos e sociais; IV- Pesquisa, extensão e prática pedagógica.

O curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo, ofertado pelo *campus* Afogados da Ingazeira, estará organizado em 4 (quatro) períodos letivos subsequentes. Cada período letivo corresponderá a um semestre letivo, de modo que o prazo mínimo de integralização do curso é de 2 (dois) anos ou 4 (quatro) semestres; e o prazo máximo de integralização, de acordo com a Organização Acadêmica Institucional deste IFPE, é de 4 (quatro) anos ou 8 (oito) semestres.

Para fins de organização do período letivo em termos de distribuição de carga horária e de planejamento das atividades pedagógicas, o semestre letivo é dividido em 2 (duas) etapas letivas (1ª e 2ª), que são subsequentes. Cada uma dessas etapas, por sua vez, são compostas por 10 (dez) semanas letivas, totalizando 20 (vinte) semanas letivas por semestre, respeitando o total mínimo de 200 (duzentos) dias letivos anuais exigidos conforme o Art. 47 da Lei 9.394/96.

As semanas letivas terão 10h de duração organizadas em turno matutino com 5 (cinco) aulas (7h às 12h) e um turno vespertino com 5 (cinco) aulas (13h às 18h). Cada aula terá duração de 60min de modo que as horas-aulas e as horas-relógio são equivalentes, tendo o mesmo tempo de duração. Destaca-se que as aulas serão ministradas preferencialmente aos sábados, em

função do público alvo e do diagnóstico realizado junto à rede municipal de ensino e a GRE.

O regime de alternância está presente especialmente no contexto das “Vivências Compartilhadas” que se constitui em atividades desenvolvidas pelos estudantes sob supervisão dos docentes do curso. Tais atividades serão distribuídas em três fases (diagnóstico, avaliação e intervenção) realizadas pela inserção dos docentes e estudantes no campo. As “Vivências Compartilhadas” serão desenvolvidas em cada semestre, regulamentadas pela Coordenação do Curso.

Tendo em vista a necessidade de utilização da unidade crédito para contabilização do percurso formativo projetado para os/as estudantes, e levando em consideração aquela mesma especificidade à qual nos remetemos no parágrafo anterior, consideramos que 15 horas equivalem a 1 crédito.

Em linha com a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e com dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96 acerca da formação dos profissionais do magistério, a estrutura curricular do curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo se organizou em 780 (setecentas e oitenta) horas, e mais 20 (vinte) horas de Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares (AACC) que integram a formação, sendo de livre escolha e interesse dos estudantes.

Por entender-se como fulcral o exercício da Pedagogia da Alternância como elemento estruturante e metodológico, a carga horária, distribuiu-se entre:

- Grupo I com **570** (quinhentas e sessenta) horas, adicionando 10 (dez) horas ao mínimo estabelecido pela resolução Nº 1, de 2 de julho de 2019 para o conhecimento pedagógico dos conteúdos específicos da área do conhecimento, compreendidas como **Tempo-Espaço-Acadêmico (TEA)**, e;
- Grupo II: **210** (duzentas e dez) horas, 10 (dez) horas acima do mínimo estabelecido pela mesma resolução, para a prática pedagógica na área, aqui concebida como Vivências

Compartilhadas que integram o **Tempo-Espaço-Comunidade (TEC)**.

No primeiro semestre, objetivando a iniciação no que tange à Educação do Campo de maneira geral, serão ofertados os componentes curriculares:

- Currículo da Escola do Campo;
- Educação Socioambiental e Inclusiva;
- Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos;
- Novas tecnologias e Educação do Campo;
- Fundamentos e Política da Educação do Campo;
- Vivência Compartilhada I.

O segundo semestre, alinhando-se às noções alicerçadas no anterior, prossegue para discussões mais específicas, que se coalescem nos seguintes componentes curriculares:

- Educação Popular e Educação do Campo;
- Movimentos Sociais e Educação do Campo;
- Pedagogia da Alternância;
- Práxis do Docente da Educação do Campo;
- Agroecologia, Saúde e Educação Popular;
- Vivência Compartilhada II.

No terceiro semestre, consolidam-se os saberes necessários para a formação pretendida, com ênfase, nesse período, à gestão de processos educativos e sociais. Nesse período, propõe-se os seguintes componentes:

- Tecnologias Sociais;
- Gestão da Escola do Campo;
- Gestão de Processos Comunitários Rurais;

- Organização e Gestão da Produção no Campo;
- Economia Solidária e Cooperativismo;
- Vivência Compartilhada III.

O quarto e último semestre, da Segunda Licenciatura em Educação do Campo, consagra-se como época reservada para a consolidação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no intuito de fomentar a produção de novos conhecimentos e de dar protagonismo aos sujeitos do campo como promotores do saber, fortalecendo a ocupação desses espaços historicamente construídos à revelia dos povos camponeses. Sua organização e desenvolvimento deverá ser orientada pela Resolução CONSUP/IFPE Nº 195, de 19 de junho de 2023.

6.3 Atividades acadêmicas curriculares complementares

No âmbito do IFPE, as Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares abrangem todo um conjunto de atividades de cunho acadêmico, científico e cultural (que não se excluem necessariamente), tendo dois grandes objetivos de potencialização da ação educativa:

- Proporcionar a ampliação do universo cultural do licenciando;
- Desenvolver no licenciando uma capacidade de produção de significados e interpretações a respeito de questões sociais.

Para além das atividades de sala de aula, as atividades complementares devem promover experiências em diferentes espaços educacionais, diversificando as mídias de comunicação, os espaços de produção e os campos científico e de vivência social, conforme resolução CONSUP nº 080/2012, a qual regulamenta e estabelece critérios para a avaliação das atividades complementares desenvolvidas pelos estudantes dos cursos superiores.

Essas atividades visam complementar a prática profissional e para isso, o licenciando deverá cumprir, no mínimo, 20 (vinte) horas, sendo cada uma delas consideradas a partir de uma determinada carga horária máxima em todo o Curso visando sua diversificação. As atividades, suas cargas horárias

máximas e forma de validação são discriminadas conforme quadro disposto na página a seguir.

Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares - 20 H		
Atividade	CH Máxima Durante o Curso	Documentação comprobatória
Atividades Acadêmicas		
Monitoria	10 horas	Declaração
PIBID	10 horas	Certificado
Docência em Aulas de curso pré-vestibular ou profissionalizantes	10 horas	Declaração
Participação em Órgãos Colegiados	5 horas	Declaração
Atuação como conferencista ou palestrante	10 horas	Declaração
Participação como ouvinte em conferência, palestra, seminário, simpósio, colóquio, congresso ou similares.	1 hora	Declaração
Cursos de capacitação	5 horas	Certificado
Minicurso ministrado	5 horas	Declaração
Assistir Bancas de TCC ou Monografia de Cursos Técnicos ou de Graduação na área de Informática ou de Pedagogia.	1 hora	Declaração
Atividades Científicas e Tecnológicas		
Participação no desenvolvimento de protótipos, depósitos e/ou registros de propriedade intelectual.	10 horas	Declaração
Produto ou processo não patenteado, protótipo, módulos, bancadas, software não registrado e similares.	10 horas	Declaração
Participação em Grupo de Pesquisa, Núcleos voltados ao Ensino, Pesquisa, Extensão, Produção e/ou Inovação Tecnológica e/ou atividades correlatas.	10 horas	Declaração
Participação em Projetos PIBIC ou PIBITI.	10 horas	Certificado
Publicação e/ou apresentação de trabalho e/ou projeto de pesquisa e/ou de extensão, em evento com Qualis C ou superior (B ou A).	20 horas	Declaração
Publicação e/ou apresentação de trabalho e/ou projeto de pesquisa e/ou de extensão, em evento não indexado	10 horas	Declaração
Atividades Culturais		
Organização de eventos científicos, tecnológicos, esportivos, sociais, filantrópicos ou culturais.	10 horas	Declaração
Participação em Projetos PIBEX	10 horas	Declaração
Visitas em cinemas ou teatros	20 horas	2h por entrada

Quadro 8: Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares

6.4 Matriz curricular

MATRIZ CURRICULAR	
Curso: Licenciatura em Educação do Campo	Área do conhecimento: Ciências Humanas
Matriz curricular - Ano de implantação 2023	Área de Avaliação: Educação
Período de integralização mínima: 04 semestres	Semanas letivas: 20 semanas
Período de integralização máxima: 08 semestres	Hora-aula: 60 minutos

Carga Horária de Curso: 780h	Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares: 20h	CH Total de Curso: <u>800h</u>
-------------------------------------	---	---------------------------------------

Semestre	Componente curricular	Código	Aulas semanais por semestre				CH Grupo I	CH Grupo III	CHT	
			1º	2º	3º	4º			CH (h/a)	CH (h/r)
1	Currículo da Escola do Campo	CEC	1,5	-	-	-	30	-	30	30
1	Educação Socioambiental e Inclusiva	ESI	1,5	-	-	-	30	-	30	30
1	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	CPEJA	1,5	-	-	-	30	-	30	30
1	Novas Tecnologias e Educação do Campo	NTEC	1,5	-	-	-	30	-	30	30
1	Fundamentos e Política da Educação do Campo	FPEC	1,5	-	-	-	30	-	30	30
1	Vivência Compartilhada I	VC1	2	-	-	-	-	60	60	60
2	Educação Popular e Educação do Campo	EPEC	-	1,5	-	-	30	-	30	30
2	Movimentos Sociais e Educação do Campo	MSEC	-	1,5	-	-	30	-	30	30
2	Pedagogia da Alternância	PAL	-	1,5	-	-	30	-	30	30
2	Práxis do Docente da Educação do Campo	PDEC	-	1,5	-	-	30	-	30	30
2	Agroecologia, Saúde e Educação	ASEP	-	1,5	-	-	30	-	30	30

	Popular										
2	Vivência Compartilhada II	VC2	-	2	-	-	-	60	60	60	
3	Tecnologias Sociais	TSOC	-	-	1,5	-	30	-	30	30	
3	Gestão da Escola do Campo	GEC	-	-	1,5	-	30	-	30	30	
3	Gestão de Processos Comunitários Rurais	GPCR	-	-	1,5	-	30	-	30	30	
3	Organização e Gestão da Produção no Campo	OGPC	-	-	1,5	-	30	-	30	30	
3	Economia Solidária e Cooperativismo	ESC	-	-	1,5	-	30	-	30	30	
3	Vivência Compartilhada III	VC3	-	-	4,5	-	-	90	90	90	
4	TCC - I	TCCI	-	-	-	2	60	-	60	60	
4	TCC - II	TCCII	-	-	-	2	60	-	60	60	
CARGA HORÁRIA DE CURSO								57 0	210	78 0	78 0
ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES COMPLEMENTARES (AACC)										20	
CARGA HORÁRIA TOTAL (COM AACC)										80 0	

Quadro 9: Matriz Curricular

6.5 Ementário

Estudos Básicos

CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO

Ementa: Teorias de currículo: tradicionais, críticas e pós- críticas. As relações entre currículo, cultura e poder. A escola democrática no contexto contemporâneo. Currículo crítico integrado ao saber e ao mundo do trabalho do campo. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Relações entre produção curricular, saberes profissionais e formação de professores. O currículo e a relação entre a gestão democrática, participativa e a Pedagogia da Alternância. O currículo como projeto de formação cultural mediado pela escola do campo. A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP). Paradigma da construção de um PPP da Educação do Campo

Referências básicas

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias do Currículo. São Paulo, Cortez, 2011.
 MACEDO, Elizabeth. Estudos em currículo e cultura. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Sentidos de currículo: entre linhas teóricas, metodológicas e experiências investigativas. Campinas, SP: FE/UNICAMP; ANPEd, 2006.
 MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículos e Programas no Brasil. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
 SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed,

2008. 352 p

VASCONSELLOS, Celso dos S. Currículo: atividade humana como princípio educativo. São Paulo: Libertad, 2009.

Referências complementares

ALVES, Nilda et al. Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). O Currículo nos limiares do contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11, n.32, p.285-296, maio /ago, 2006.

MACHADO, Ilma Ferreira. Um projeto político-pedagógico para a escola do campo. Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional, v. 4, nº 8, p. 191-219. jul/dez. 2009.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da (Org.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E INCLUSIVA

Ementa: Aspectos históricos e conceituais da Educação Especial numa perspectiva inclusiva. Direitos Humanos e Educação Inclusiva. Princípios e Políticas da Educação Inclusiva no contexto educacional e nacional. Organização curricular e práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva nos diversos níveis e modalidades de ensino. Tecnologia Assistiva. Os alunos com necessidades educacionais específicas: especificidades e práticas pedagógicas. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: família, escola e sociedade

A política nacional para a diferença e diversidade. Igualdade versus diferença: sentidos e discursos. O currículo, diferenças e diversidade. Conceitos de gênero, raça, etnia, classe social e padrões culturais. As relações de gênero e étnico-raciais e políticas de reparação. Legislação que assegura os direitos dos LGBTs. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade e diferenças. As práticas pedagógicas e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.

Relações entre ambiente e sociedade no mundo contemporâneo. Críticas ecológicas à lógica consumista e de maximização produtiva das sociedades modernas. Ética e desenvolvimento sustentável. Relações entre o ambiente e atores sociais. Educação para o desenvolvimento da consciência ambiental.

Referências básicas

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Ed. Mediação, 2004.

GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papyrus, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

MANTOAN, M. T. E. O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MEDINA, N. M. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação -PROPACC – Proposta de participação para a construção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORAN, Emilio Frederico. Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo, 2011.

HANNIGAN, John. Sociologia Ambiental. Rio de Janeiro, 2009.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2006.

STAINBACL, S. E.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1999.

Referências complementares

ALMEIDA, Dulce Barros de. Formação de professores para a escola inclusiva. In: LISITA, Verbena M. S. S; PEIXOTO, Adão J. (Org.). Formação de professores: políticas, concepções e

perspectivas. Goiânia: Alternativa, 2001

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Niterói: EDUFF, 1995

CARLOS, Anne Helly Figueredo; SILVA, Silvana Lúcia de Araújo. A dialética da inclusão na contemporaneidade: um olhar sobre particularidades da prática inclusiva escolar. Patu: [s.n.], 2010. 40 p.

CURRIE, K. L. Meio ambiente e interdisciplinaridade na prática. Campinas, Papirus, 1998.

CARVALHO, I. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

FELINTO, Renata (Org.). Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012

MARTÍNEZ ALIER, Juan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011

SILVA, L. G. S. Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões. São Paulo: Paulinas, 2014.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ementa: Trajetória histórica, política e social da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A constituição da EJA como modalidade da educação brasileira. O papel das instituições educativas e das políticas públicas educacionais para Jovens e Adultos. O universo sociocultural dos estudantes jovens e adultos. Processos cognitivos da aprendizagem de jovens e adultos. Metodologias para a educação de jovens e adultos

Referências básicas

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, Jose Eustáquio. Educação de jovens e adultos teoria, prática e proposta 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 136 p. 5v. (Guia da escola cidadã, v. 5).

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: RIBEIRO, V. M. (org.). Educação de Adultos: novos leitores, novas leitoras. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

PALÁCIOS, J. O desenvolvimento após a adolescência. In: COLL, C. et all. Desenvolvimento Psicológico e Educação –Psicologia evolutiva – v.1. Porto Alegre: ARTMED, 1995.

PAIVA, J. e OLIVEIRA, I. B. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

Referências complementares

COLL, C. As práticas educativas dirigidas aos adultos: a educação permanente. In: Psicologia da Educação. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 41.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SILVA, A. C.; BARACHO, M. das G. (Orgs.). Formação de educadores para o PROEJA: intervir para integrar. Natal, RN: Ed. do CEFET, 2007.

SOLÉ, I. Disponibilidade para a aprendizagem e sentido da aprendizagem. In: COLL, C. et al. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1999.

NOVAS TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ementa: As tecnologias educacionais e seu papel na sociedade tecnológica. Estudo e planejamento da utilização dos meios de comunicação e informação na prática educativa. Diferentes mídias e seu potencial pedagógico. Mídias educacionais e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas que articulem a relação teoria e prática. Redes sociais como espaço de diálogo, produção e circulação de materiais pedagógicos.

Referências básicas

MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. Formação continuada de professores e novas tecnologias. Maceió: EDUFAL, 1999

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias a mediação pedagógica.

Campinas, SP: Papirus, 2000.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas, SP: Papirus, 2003.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. da S. C. Moita; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (Org.). Tecnologias digitais na educação. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

Referências complementares

CASTELLS, M. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIBÂNEO, J. C. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHAFF, A. A Sociedade Informática. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 2007.

TEDESCO, Juan Carlos (Org). Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza? São Paulo: Cortez, 2004.

FUNDAMENTOS E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ementa: Fundamentos filosóficos da educação do campo. A relação entre educação e trabalho como fundamento ontológico e histórico da educação do campo. As dimensões científica, ética, política e estética do trabalho pedagógico centrado na Filosofia da Educação Brasileira. O campo e a educação no contexto brasileiro; Trajetória histórica da Educação no Campo no Brasil; Dimensões da Educação do Campo: escolar e não escolar; Panorama das Políticas Educacionais para a Educação do Campo; Aspectos pedagógicos da Educação do Campo; As políticas públicas para formação de profissionais de educação do campo. Políticas públicas para a Educação Básica: transporte, financiamento, livro didático, merenda, censo escolar. Fundamentos epistemológicos e políticos da Educação do Campo. Direito à Educação do Campo. Programas e Políticas da Educação do Campo. Resolução CNE nº1/2002. Parecer CNE/CEB Nº 36/2001 (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo). Parecer CNE/CEB n. 1/2006 (Dias letivo para aplicação da Pedagogia de Alternância nos centros Familiares de formação por Alternância) e Decreto Nº 7.352 – Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Referências básicas

ARROYO, M. G.; CALDART, R; MOLIN, M.C. Por uma educação do campo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012b. p.257-265.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma Identidade em Construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLO, P. R.; CALDART, R. S. Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p.18-25.

FAORO, R. Os donos do poder. 8. ed. São Paulo: Globo, 2004.

FERNANDES, B. M. Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SOUZA, M. A. de. Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

Referências complementares

KOLLING, E.; VARGAS, M. C.; CALDART, R. S. MST e Educação. In: CALDART, R.S. et al. (Org.) Dicionário de Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.500-507.

MATTOS, B. H. O. M. Educação do Campo e Práticas Educativas de Convivência com o Semiárido: A Escola Família Agrícola Dom Fragoso. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MEDEIROS, L. S. de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. 2.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.324-331.

VIVÊNCIA COMPARTILHADA I

Ementa: Corresponde à atividade de diagnóstico. Poderá ser realizada em comunidades e/ou escolas rurais através de um estudo exploratório, culminando com a construção de um diário de campo. As tarefas realizadas pelos(as) discentes serão devidamente orientadas e acompanhadas, à distância ou presencialmente, pelos(as) professores(as) do curso.

Referências básicas

A ser definida conforme a necessidade de elementos para o trabalho no campo.

Referências complementares

A ser definida conforme a necessidade de elementos para o trabalho no campo.

Estudos Específicos

EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ementa: Os sujeitos educandos do campo e suas especificidades de formação. Escolarização e experiências de fomento à educação do campo na perspectiva da diversidade, explorando currículos e metodologias produzidas nas práticas pedagógicas das escolas do campo. Os povos do campo e suas relações com o trabalho e a produção da existência. O desafio da formação de sujeitos educadores para as escolas do campo.

Referências básicas

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo. V.2. Brasília, 1999.

BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete. Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo. V.3. Brasília, 1999.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento: currículo sem fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

FREIRE, Paulo & Nogueira, Adriano. Teoria e prática em Educação Popular. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Referências complementares

KOLLING, Edgar Jorge, NÉRY, Ir, MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). Por uma educação básica do campo. Brasília: Fundação da UnB, 1999.

SOUZA, Maria Antonia. Práticas educativas do/no campo. Ponta Grossa -PR: Editora EDUPG, 2011.

TORRES, Rosa María. Discurso e prática em educação popular. POA, UNIJUÍ, 1988

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ementa: A história da luta de classes. Movimentos sociais e organização social do campo. Tipos de Movimentos sociais. A relação entre educação e trabalho como fundamentos ontológicos e históricos da educação do campo. Lutas por educação. Diferença entre educação do campo e educação para o campo. Educação do Campo numa perspectiva da educação popular.

Referências básicas

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma política nacional de educação do campo. Caderno de Subsídios, Brasília, DF, 2003.

BORGES, Heloisa da Silva; VILHENA JUNIOR, Waldemar Moura (Org.) Movimentos Sociais do Campo: aspectos históricos, ideológicos e políticos. Manaus: UEA Editora Valer, 2013.

CALDART, R.S. Pedagogia do Movimento Sem-Terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, M.A. Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

Referências complementares

CALDART, R. S. Caminhos para a transformação da escola. In: CALDART, R.S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (Org.). Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação

politécnica e escolas do campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 115-138.

CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

CALDART, Roseli. Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola É Mais do que Escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEITE, S.C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da Questão Agrária no Brasil. In: PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 15-85.

RIBEIRO, Marlene. Movimentos Sociais, Questão Agrária e Educação do Campo. In: COUTINHO, A.F.; CAVALCANTI, C. R. (Org.). Questão agrária: movimentos sociais e educação do campo. Curitiba, PR: CRV, 2012. p. 99-114.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 197-224.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Ementa

Pedagogia da Alternância e as tendências pedagógicas. Princípios teóricos e metodológicos e seu papel na educação do campo. A interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade na Pedagogia da Alternância. Os instrumentos metodológicos articuladores aos tempos e aos espaços formativos na Pedagogia da Alternância.

Referências básicas

BEGNAMI, J. B. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. Revista da Formação por Alternância. Brasília: UNEFAB, 2006, n. 3. p. 24-47.

BRANDÃO, C. R. O que é método Paulo Freire? O que é método Paulo Freire? São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

ESTEVAM, D. de O. Casa Familiar Rural: formação como base da Pedagogia da Alternância. Florianópolis: Insular, 2003.

KOLLING, E. Alternância e formação universitária: o MST e o curso de pedagogia da terra. In: UNEFAB. Vários Autores. Pedagogia da alternância: formação em alternância em alternância e desenvolvimento sustentável. Brasília: Cidade Gráfica. nov. 2002., p. 54-61.

MASCARELO, C. B. Pedagogia da Alternância: Formação Integral e desenvolvimento do meio. Universidade Católica de Brasília. 2010.

ZAMBELAN, Sérgio. A pedagogia da Alternância. Vitória: Movimento da Educação Promocional do Espírito Santo, 1982.

Referências complementares

GHEDIN, Evandro (Org.) Educação do Campo: epistemologias e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

RAYNAULT, C. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri, SP: Manole, 2011 p. 69- 105.

ROCHA, I. X. O. A Formação Integral nos CEFFAs. In: Revista da Formação por Alternância. Dez. 2007.

TEIXEIRA, E. S.; ANTUNES, L. C. Casas familiares rurais e desempenho escolar: um estudo na região sudoeste do Paraná. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 951-969, set./dez. 2011.

PRÁXIS DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ementa

Conhecimento, saberes e os fundamentos da práxis pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem para as áreas de ciências sociais e humanas. Dimensões da Educação do Campo: escolar e não escolar. Aspectos pedagógicos da Educação do Campo. Classes multisseriadas. Práxis educativa. Igualdade, diversidade e equidade no processo de ensino- aprendizagem. Articulação dos objetos do conhecimento, competências e habilidades no planejamento e avaliação.

Referências básicas

- CHARLOT, Bernard. a relação com o saber às práticas educativas. São Paulo: Cortez, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- PAGLIA, Edmilson Cezar et al. Práticas pedagógicas em educação do campo. Matinhos: UFPR Litoral, 2009.
- ROCHA, Maria Isabel Antunes; HAGE, Salomão Mufarrej. (Orgs.). Escola de direito: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010
- SOUZA, M. A. Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas. Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2006.

Referências complementares

- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tempo Comunidade/Tempo Escola: a pedagogia da alternância como princípio metodológico para a organização dos tempos e espaços das escolas do campo, 2007.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Inovação, mudança e cultura docente. Brasília: Liber Livro, 2006.
- MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. (Orgs.). Licenciatura em educação do campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Aracy Alves. (Orgs.). Educação do campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- VALLE, L. Os Enigmas da Educação. Belo Horizonte - MG: Autêntica Editora, 2012.

AGROECOLOGIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO POPULAR

Ementa: Cosmologias epistemológicas sobre saúde. Educação Popular em Saúde. Protocolos bioculturais. Políticas Públicas em Saúde Popular. Saúde dos organismos vivos. Saúde do ambiente. Importância da biodiversidade para a agricultura. Agricultura convencional versus Agricultura de base ecológica. Sistemas diversificados e alternativos de produção agroecológica. Desenvolvimento rural e políticas públicas para Agroecologia. Agroecologia e movimentos sociais. Educação Popular em Agroecologia e Saúde nas escolas do campo.

Referências básicas

- ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p. il.
- BARCELLOS, Christovam et al (org.). Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 653 p.
- MOURA FILHO, E. R.; ALENCAR, R. D. Introdução à agroecologia. Natal: IFRN, 2008. 162 p. il

Referências complementares

- BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salette. Projeto popular e escolas do campo. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000
- FARIA, Rivaldo. A territorialização da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde e a construção de uma perspectiva de adequação dos serviços aos perfis do território. Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia, v. 9, n. 6, p. 131-147, 2013c.
- JALIL, Laécia Medeiros. Rede feminismo e agroecologia no Nordeste. Recife: Rede Feminismo e agroecologia no Nordeste, 2017
- KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da agricultura. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348 p
- SIXEL, B. T. Biodinâmica e Agricultura. Associação Brasileira de Agricultura. Biodinâmica. Botucatu, SP, 2003. 279 p.

VIVÊNCIA COMPARTILHADA II

Ementa: Corresponde à atividade de avaliação. O estudo exploratório realizado na Vivência

Compartilhada I, em comunidades e/ou escolas rurais, deverá produzir subsídios para elaboração de um projeto de intervenção in situ. Este projeto será construído pelos(as) discentes devidamente orientados e acompanhados, à distância ou presencialmente, pelos(as) professores(as) do curso.

Referências básicas

A ser definida conforme a necessidade de elementos para o trabalho no campo.

Referências complementares

A ser definida conforme a necessidade de elementos para o trabalho no campo.

Gestão de Processos Educativos e Sociais

TECNOLOGIAS SOCIAIS

Ementa: Tecnologias ancestrais, tecnologias alternativas, tecnologias sociais. Ciência, Técnica, Tecnologia e Tecnologia Social. Dimensões das Tecnologias Sociais. Tipos de tecnologias sociais. Tecnologias sociais para gestão da água. Tecnologias sociais para agricultura familiar.

Referências básicas

DAGNINO, R. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272.pdf> Acesso em 17 dez.2023.

ALBUQUERQUE, L. C. Tecnologias sociais ou tecnologias apropriadas? O resgate de um termo. In A. Otterloo (Ed.), *Tecnologias sociais: Caminhos para a sustentabilidade*. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, pp. 15-24, 2009.

ANDION, C., RONCONI, L., MORAES, R. L., GONSALVES, A. K. R., & SERAFIM, L. B. D. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: Uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 369-387. doi:10.1590/0034-7612143195, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612143195>. Acesso em 17dez 2023.

ANDRADE, J. A., & VALADÃO, J. A. D. Análise da instrumentação da ação pública a partir da teoria do ator-rede: Tecnologia social e a educação no campo em Rondônia. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 407-430, 2017. doi:10.1590/0034-7612153318 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612153318>. Acesso em 17 dez 2023

Referências complementares

OLIVEIRA, M. F., & MARTINELLI, D. P. Desenvolvimento local e arranjos produtivos locais: Uma revisão sistemática da literatura. *Interações*, 15(1), 2014. 47-58. doi:10.1590/S1518-70122014000100005

OLIVEIRA, N. D. A., & SILVA, T. N. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: Um estudo exploratório no Creditag-RO. *Revista de Administração da UFSM*, 5(2), 277-295, 2012. Recuperado de <http://bit.ly/2vQlnO4>

VALADÃO, J. A. D., CORDEIRO, J. R., NETO, & ANDRADE, J. A. Bases sociotécnicas de uma tecnologia social: O transladar da pedagogia da alternância em Rondônia. *Organizações & Sociedade*, 24(80), 89-114, 2017. doi:10.1590/1984-9230805. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9230805>. Acesso em 17dez2023.

WEBBER, G., & FERREIRA, M. R. A tecnologia social e a interface com a gestão ambiental: Desafios contemporâneos. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(2), 33-40. 2015 Recuperado de <http://bit.ly/328gjR7>

GESTÃO DA ESCOLA DO CAMPO

Ementa: Os processos educativos nas instituições não escolares: no setor produtivo, nos movimentos sociais e nas entidades da sociedade civil no contexto brasileiro contemporâneo. A gestão democrática na escola do campo. Articulação do conhecimento com ações no âmbito da sociedade civil organizada. A organização da práxis pedagógica na educação escolar e não escolar nas comunidades campesinas na perspectiva do trabalho como princípio educativo.

Referências básicas

AMARAL, Ana Lúcia. Gestão da Sala de Aula: o manejo de classe com nova roupagem? In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. P. 87-100.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASTOS, João Baptista (org). Gestão Democrática – O Sentido da Escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o sociativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2001.

Referências complementares

BOSSA, Nadia A. Um Olhar Psicopedagógico. São Paulo: Artmed, 2002.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. Autonomia da Escola: princípios e propostas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GANDIN, Danilo. Escola e Transformação Social. 7. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva. 6. ed. Campinas: Papirus, 1994.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SÁ, Ricardo Antunes. Pedagogia e formação. O trabalho pedagógico nos processos educativos não escolares. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

GESTÃO DE PROCESSOS COMUNITÁRIOS RURAIS

Ementa: Conceitos iniciais sobre organização social e econômica comunitária. Princípios de cidadania e democracia participativa. Planejamento e identificação de demandas sociais. Gestão cooperada e participativa de projetos comunitários. Caracterização das Políticas Públicas. Acesso a Políticas Públicas. Captação de recursos financeiros públicos e privados.

Referências básicas

FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre B. (Orgs.). Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: PUC/MINAS, 2007.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Comunidades tradicionais e neocomunidades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp, 1999.

Referências complementares

CHAUI, M. Cultura e Democracia. São Paulo: Cortez, 2011.

DOMINGOS FILHO, João Batista. Planejamento governamental e democracia no Brasil. Uberlândia, EDUFU, 2007.

MORAES, Reginaldo C.; ÁRABE, Carlos Henrique Goulart; SILVA, Maitá de Paula e. As cidades cercam os campos: estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUI, M. Cultura e Democracia. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA PRODUÇÃO NO CAMPO

Ementa: Organização social e economia comunitária. Princípios de cidadania e democracia participativa. Planejamento e identificação de demandas sociais. Gestão cooperada e participativa de projetos comunitários. Caracterização das Políticas Públicas e Projetos de Desenvolvimento Rural. Modelos de organização e de gestão da propriedade. Acesso a Políticas Públicas. Captação de recursos financeiros públicos e privados.

Referências básicas

FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre B. (Orgs.). Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: PUC/MINAS, 2007.

GURGEL, Floriano do Amaral. Administração do Produto. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAUGENI, Fernando Piero; MARTINS, Petrônio Garcia. Administração da Produção. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Comunidades tradicionais e neocomunidades. Rio de Janeiro: Contra

Capa, 2011.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp, 1999.

TUBINO, Dalvio Ferrari. Manual de Planejamento e Controle da Produção. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Referências complementares

CHAUI, M. Cultura e Democracia. São Paulo: Cortez, 2011.

DOMINGOS FILHO, João Batista. Planejamento governamental e democracia no Brasil. Uberlândia, EDUFU, 2007.

MORAES, Reginaldo C.; ÁRABE, Carlos Henrique Goulart; SILVA, Maitá de Paula e. As cidades cercam os campos: estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUI, M. Cultura e Democracia. São Paulo: Cortez, 2011.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

Ementa: Princípios da economia solidária. Diversidade de práticas sociais e econômicas solidárias. Aplicações de práticas solidárias. Relação entre produção, mercado e formação do cooperativismo e associativismo das famílias e dos empreendimentos solidários. Autogestão e as experiências de geração de renda no campo. Processos de elaboração de projetos para instituição do trabalho cooperativo. Agricultura familiar. Cooperativismo e associativismo nas organizações políticas do campo.

Referências básicas

ANTEAG. Autogestão – Construindo uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho. São Paulo: Anteag, 2000.

AZEVEDO, Regina. A Produção Não Capitalista – uma Discussão Teórica. Porto Alegre: FEE, 1985.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, (Coleção FGV Prática).

GAWLAK, Albino, RATZKE, Fabiane. Cooperativismo: primeiras lições. Brasília: SESCOOP, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Manual de orientação para constituição e registro de cooperativas. 8.ed. Brasília: SESCOOP, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Cooperativismo brasileiro: uma história. Ribeirão Preto, 2004.

Referências complementares

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

DAL RI, Neusa et alii. Economia Solidária. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília: 2008.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs.) et alii. A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego. SP: Contexto, 2000.

DAL RI, Neusa et alii. Economia Solidária. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

VIVÊNCIA COMPARTILHADA III

Ementa: Corresponde à atividade de intervenção. O projeto de intervenção construído na Vivência Compartilhada II, será executado pelos(as) discentes devidamente orientados e acompanhados, à distância ou presencialmente, pelos(as) professores(as) do curso.

Referências básicas

A ser definida conforme a necessidade de elementos para o trabalho no campo.

Referências complementares

A ser definida conforme a necessidade de elementos para o trabalho no campo.

TCC I

Ementa: Elaboração de artigo científico, sob orientação de professor/a do curso, obrigatoriamente relacionado ao resultado do projeto de intervenção realizado no componente Vivência Compartilhada III.

Referências

A bibliografia será definida de acordo com os assuntos relacionados ao projeto de intervenção do orientando.

TCC II

Ementa: Seminário de apresentação de artigo científico, sob orientação de professor/a do curso.

Referências

A bibliografia será definida de acordo com os assuntos relacionados ao projeto de intervenção do orientando.

6.6 Tratamento metodológico do ensino e da avaliação

É crucial destacar a relevância do planejamento das atividades educativas por meio de planejamento didático-pedagógico. É responsabilidade do docente, dentro de um período determinado pela instituição, apresentar seus planos de ensino, os quais devem refletir o que está descrito no PPC, incorporando e aplicando metodologias que atendam ao perfil desejado para o licenciando, a fim de que o aluno:

- Se torne um agente ativo no processo educacional, reconhecendo suas habilidades, necessidades e interesses, capacitando-se para buscar as informações mais adequadas.
- Desenvolva suas competências, transformando suas atitudes e comportamentos na busca por novos significados nas diversas áreas do conhecimento.
- Se sinta motivado a expressar suas ideias, a investigar de forma independente e a buscar os meios para seu crescimento pessoal e social.
- Adquirir uma consciência científica, desenvolvendo habilidades analíticas, sintéticas e avaliativas, ao mesmo tempo em que aprimora

sua capacidade de imaginação criativa.

Pautado nos princípios acima destacados, o desenvolvimento do ensino encontra-se organizado de forma que:

1. Seja garantido aos estudantes o maior aprofundamento teórico-metodológico possível a partir da realização dos componentes curriculares;
2. Sejam disponibilizados integralmente os materiais didáticos e recursos pedagógicos necessários para proporcionar a aprendizagem dos estudantes;
3. Oportunizar aos estudantes as mais variadas estratégias de ensino, articulando-as com as diversas tecnologias de ensino disponíveis;
4. Desenvolvimento das aulas garantam a participação ativa dos estudantes e que envolvam a pesquisa prática pedagógica permanente;
5. A elaboração de atividades avaliativas seguindo o calendário acadêmico institucional a cada finalização das etapas de desenvolvimento do componente curricular e do fechamento do semestre;
6. A avaliação da aprendizagem deve ser instrumento balizador da prática de ensino, direcionando-a conforme resultados de aprendizagens da turma;

A finalidade da avaliação é aprimorar métodos, estratégias e materiais, buscando melhorar a aprendizagem do estudante e aperfeiçoar o método de ensino do professor. Isso permite uma comunicação constante e contínua entre os participantes do processo educativo. A avaliação não deve ser vista como um objetivo em si mesma, mas sim como um meio para orientar o professor na melhoria de suas abordagens e para auxiliar os estudantes a compreenderem seu desempenho e suas necessidades de desenvolvimento.

Dentro desse contexto, o sistema de avaliação adotado em cada disciplina ou atividade depende de seus objetivos específicos. Além dos artigos científicos, os professores utilizam uma variedade de métodos de avaliação, como provas teóricas e práticas, relatórios de atividades, trabalhos de pesquisa e/ou apresentações de seminários, elaboração de projetos e participação nas

atividades acadêmicas, respeitando a autonomia didática do professor. Entretanto, sempre que viável, dá-se ênfase às atividades práticas e/ou que promovam a conexão entre teoria e prática.

6.7 Atividades de pesquisa e extensão

As universidades e Institutos Federais no Brasil possuem um fundamento primordial para sua existência, seguindo uma abordagem pedagógica que se baseia no princípio republicano descrito no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Este princípio estipula a interconexão entre os pilares do ensino, pesquisa e extensão, uma orientação que possibilita a implementação de novas abordagens educacionais que adotam a interdisciplinaridade na criação, difusão e compartilhamento do conhecimento. Além disso, essa diretriz oferece a oportunidade de superar a dicotomia entre teoria/prática, sujeito/objeto e empirismo/razão, estabelecendo, assim, uma base epistemológica renovada.

Considerando que o IFPE está fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e que estes pilares norteiam todo o processo formativo do indivíduo dentro do espaço acadêmico, a fim de torná-los sujeitos preparados para a transformação particular e do contexto social. Nesse sentido, o princípio da indissociabilidade busca ultrapassar essas dicotomias por meio de práticas que permitem a integração das diversas áreas do conhecimento baseado nesses pilares, os quais propiciam aos estudantes uma formação integral.

A perspectiva dos defensores da agroecologia e da educação voltada para as áreas rurais é que as águas, terras e florestas são fontes de variadas culturas, incluindo aquelas relacionadas à agricultura. Nesse contexto, os Institutos Federais foram historicamente estruturados para coordenar iniciativas por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como objetivo central a promoção de uma formação abrangente, o avanço de tecnologias destinadas à comunidade e a disseminação do conhecimento de acordo com as exigências do mercado de trabalho e as necessidades sociais, principalmente as locais.

6.7.1 Atividades de pesquisa

A pesquisa desempenha um papel fundamental na excelência acadêmica, na prática educacional e na relevância social e econômica da educação. Dentro desse contexto, o Instituto Federal de Pernambuco promove e estimula a valorização da pesquisa por meio de editais anuais que contemplam programas como o de Iniciação Científica (PIBIC) e o de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Esses programas têm como meta principal a concessão de bolsas para estudantes de cursos técnicos e superiores, incentivando, dessa forma, a pesquisa em todos os seus *campi*.

A interligação inseparável entre ensino, pesquisa e extensão, elementos fundamentais que guiam a formação acadêmica na comunidade dos institutos federais, é alcançada através de disciplinas, projetos e atividades tanto dentro quanto fora do currículo. Isso tem como objetivo fornecer aos pesquisadores e professores de educação do campo um conhecimento aprofundado dos métodos de pesquisa, os quais são parte essencial de sua formação e identidade profissional.

Considerando essa abordagem, as atividades vinculadas à pesquisa e à inovação, dentro do campo da Licenciatura em Computação oferecida pelo Instituto Federal de Pernambuco - *campus* Afogados da Ingazeira, reconhecem que o ensino e a pesquisa são elementos inseparáveis no processo de formação profissional. Ambos têm como objetivo:

- I. Expandir o currículo acadêmico para permitir que os estudantes obtenham familiaridade com os aspectos essenciais da pesquisa científica relacionada à área de estudo específica do seu curso, incorporando o uso de metodologias científicas e a redação de textos acadêmicos, entre outras práticas;
- II. Explorar o conhecimento por meio de uma abordagem de pesquisa embasada em fundamentos epistemológicos e metodológicos nos diferentes componentes curriculares;

III. Guiar os estudantes para participarem de cursos de capacitação em Pesquisa e Inovação Tecnológica oferecidos pela gestão de pesquisa, em cooperação com a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

IV. Promover a participação dos alunos (sejam bolsistas ou voluntários) nos programas institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ou de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), ambos administrados pela Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, para que possam desempenhar atividades de Iniciação Científica e Tecnológica (IC&T);

V. Estimular a participação dos alunos em atividades acadêmico-científicas e/ou culturais, como participação em congressos, encontros, simpósios e seminários realizados pelo IFPE ou outras instituições, além de outras atividades relacionadas à pesquisa, com o intuito de enriquecer o conhecimento acadêmico, científico e cultural dos estudantes.

Para isso o IFPE fomenta programas como, o programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, que tem como objetivo central contribuir para a formação de novos pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento;

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas – PIBIC-AF, que tem por objetivo problematizar e complementar as ações afirmativas exigentes no contexto acadêmico;

O Programa Institucional de Bolsas em desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI, o qual objetiva conduzir o discente à aprendizagem e estímulo de técnicas e métodos voltados para as áreas tecnológicas. O Programa de Bolsas de Incentivo Acadêmico – BIA, de natureza afirmativa e assistencial. O objetivo deste programa é proporcionar ao acadêmico suporte financeiro para o desenvolvimento não só da pesquisa mas também a extensão.

Cabe destacar, ainda, que esses programas desempenham um papel crucial no avanço acadêmico dos professores em formação. No contexto da formação acadêmica, observa-se que os estudantes da segunda licenciatura em Educação do Campo terão a chance de se envolver nesses programas por meio de editais contínuos para submissão de projetos, além de editais

periódicos para a seleção de bolsistas, tanto em modalidades voluntárias quanto remuneradas.

6.7.2 Atividades de extensão

A extensão representa um dos três pilares fundamentais que direcionam as atividades desenvolvidas nos ambientes acadêmicos dos institutos federais de educação. Ela é fundamentalmente percebida como um princípio pedagógico que modela a formação profissional ao longo de todo o processo educacional. Dentro desse contexto, compreende-se que é por meio dessa abordagem interdisciplinar que se estabelece a conexão entre a universidade e a sociedade. Essa sinergia tem como propósito viabilizar a disseminação de conhecimentos acadêmicos e científicos, provenientes de diferentes fontes, superando as limitações institucionais para promover um impacto positivo e impulsionar mudanças no contexto social.

Reconhecendo a relevância pedagógica das ações de extensão, o IFPE em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2022-2026, p. 82) define que as atividades de extensão no IFPE devem ser direcionadas pelos seguintes princípios: diálogo interativo, abordagem interdisciplinar, colaboração interprofissional, integração inseparável entre ensino, pesquisa e extensão, influência na formação dos estudantes e impacto na mudança social.

Esse engajamento permite uma compreensão mais profunda dos desafios sociais, capacitando-os não somente a reinterpretar essas questões, mas também a contribuir de maneira efetiva para a promoção da mudança social. Trata-se não apenas de reconhecer os problemas, mas de integrar a comunidade acadêmica na busca por soluções concretas e na construção de um ambiente mais justo e inclusivo para a sociedade.

A inserção da extensão interligada com o currículo estará diretamente relacionada com a oferta dos componentes curriculares Vivências Compartilhadas I, II e III em que os licenciandos a partir dos conhecimentos

construídos ao longo do semestre irão vivenciar nas comunidades e escolas do campo experiências que propiciem a aproximação entre o saber teórico e a prática pedagógica orientada para a intervenção. Nesse aspecto unem-se ensino, pesquisa e extensão em plena relação com as práticas pedagógicas desde o primeiro semestre do curso.

As atividades de extensão no curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo seguirão o que foi planejado na estrutura curricular, em concordância com as diretrizes delineadas na resolução CNE/CP Nº 02/2019. Essa resolução estipula que os cursos de formação de professores devem estar embasados em conhecimentos científicos e pedagógicos que se apoiam no princípio da inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento pleno dos indivíduos durante seu processo formativo.

Finalmente, no contexto do curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo, é evidente a compreensão da complexidade e da extrema importância da extensão. Torna-se evidente que essa atividade deve promover um amplo diálogo com todos os setores da instituição, englobando não somente docentes de diversas disciplinas, mas também colaboradores administrativos e alunos. Para isso, se prioriza:

- Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), publicado anualmente visando à concessão de bolsas de apoio aos estudantes envolvidos em programas ou projetos extensionistas.
- A participação ativa dos professores em formação, organização e/ou participação de eventos científicos abertos à comunidade externa do IFPE.
- Realização de cursos/oficinas que tratem de temáticas inerentes a Educação do Campo aberta para a comunidade interna e externa;
- Participação em eventos de natureza acadêmica científica, e/ou cultural realizado pela instituição que estejam ligadas a área de formação, bem como áreas afins;
- Participação do discente em cursos de extensão certificados pela instituição formadora com carga horária e conteúdo definidos;

6.8 Aproveitamento de estudos equivalentes e de conhecimentos e experiências anteriores

Conforme a Lei nº 12.014, datada de 6 de agosto de 2009, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o inciso III determina que é viável aproveitar formações e experiências anteriores, desde que adquiridas em instituições de ensino ou outras atividades relevantes.

Nesse sentido, o aproveitamento está sujeito à manifestação dos estudantes que desejam solicitar o reconhecimento de estudos prévios, mediante o envio de um requerimento à coordenação do curso, utilizando formulário específico e fornecendo documentos comprobatórios, conforme exigido.

I- histórico constando a nota mínima de aprovação do estudante no estabelecimento de origem (original ou cópia autenticada);

II- matriz curricular;

III- programas dos componentes curricular

Segundo a estrutura acadêmica da instituição, os conhecimentos obtidos em componentes cursados tanto no próprio IFPE quanto em outras instituições de ensino superior são passíveis de aproveitamento, desde que atendam a critérios específicos. Esses critérios incluem uma similaridade mínima de 70% na carga horária e de 80% no conteúdo programático entre as disciplinas. Sua similaridade é realizada por análise dos documentos apresentados pelo/a estudante interessado/a. A verificação da equivalência para aproveitamento é conduzida pelo professor do componente, que emite parecer, sujeito a análise pelo Colegiado do Curso.

As requisições para aproveitamento de estudos e a divulgação das respostas devem ser realizadas dentro dos prazos estipulados pelo calendário acadêmico, não excedendo um mês a partir do início das aulas da disciplina correspondente.

Compete à Coordenação do Curso encaminhar o desfecho do procedimento à Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou instância similar. Ao aluno, cabe buscar informações sobre a aprovação. A participação do aluno nas aulas será autorizada mediante a assinatura de ciência no processo de aproveitamento de estudos, o qual será arquivado em seu registro individual.

6.9 Metas e avaliação do curso

Dado o propósito do curso de desenvolver indivíduos críticos, conscientes e autônomos, é essencial que todos os procedimentos ligados à avaliação estejam alinhados para superar abordagens que dêem mais importância a dados quantitativos em detrimento de outros. Nesse sentido, enquanto a coleta e interpretação de informações deve ocorrer de maneira contínua, é crucial considerar sua complexidade, estabelecendo conexão entre a prática cultural e social.

Dada a presença de fatores socioculturais, sociopolíticos, socioeconômicos e psicossociais que se manifestam nas características distintas das personalidades dos educadores e alunos, os quais interagem diretamente ou por meio de mediações. Diante desse cenário, procuraremos introduzir um método de avaliação que, sem negligenciar aspectos quantitativos e fatos concretos, não se restrinja à coleta e interpretação de dados baseados exclusivamente em análises quantitativas. Essa abordagem, portanto, propõe valorizar a complementaridade entre dados, visando aprimorar a aproximação efetiva com a realidade.

Considerando a avaliação do curso como uma ferramenta crucial na busca pela aprimoração da qualidade de ensino, acreditamos que essa avaliação deve ocorrer de maneira envolvente, coletiva, crítica, independente e transformadora. Portanto, é essencial avaliar tanto o projeto acadêmico quanto o político da instituição, elaborando diagnósticos abrangentes sobre os cursos e as atividades curriculares. Essa análise deve resultar em propostas de modificações, as quais devem ser formuladas a partir do feedback recebido de estudantes, professores e profissionais técnico-administrativos.

Diante de tudo isso, sugerem-se as seguintes metas, com o intuito de embasar as primeiras análises do curso, salvaguardando o direito de posteriores reformulações por parte de seu Núcleo Docente Estruturante, com vistas a acompanhar as evoluções inerentes ao processo de educação.

Metas e avaliação do curso							
Meta	Indicador	Descrição	Métrica	Acompanhamento semestral			
				1º	2	3	4º
1	Taxa de conclusão	Garantir que os estudantes integralizem o curso dentro do prazo estipulado	Número de estudantes que finalizam cada semestre/número total de estudantes matriculados				
2	Desempenho do estudante	Monitorar o progresso dos estudantes	Média das notas obtidas pelos estudantes				
3	Taxa de retenção	Monitorar e criar estratégias para manter baixa a taxa de retenção	Número de estudantes retidos no semestre/número de estudantes aprovados				
4	Taxa de evasão	Monitorar a frequência dos estudantes ou trancamento de matrícula	Número de matrículas trancadas/número de matrículas ativas				
5	Taxa de participação em atividades extracurriculares	Monitorar e quantificar a participação dos estudantes em atividades extracurriculares	número de participação nas atividades/número de atividades				
6	Desenvolvimento de habilidades pedagógicas	Avaliar os estudantes com foco em habilidades de ensino e práticas pedagógicas	Conceito de Avaliação Continuada				
7	Taxa de participação em atividades de pesquisa, inovação e extensão	Participação dos estudantes em projetos de pesquisa, extensão, Congressos de Educação e publicação de trabalhos acadêmicos	Número de estudantes que desenvolvem as atividades/número de estudantes total				
8	Acompanhamento dos egressos	Avaliar o impacto da 2ª Licenciatura no desenvolvimento profissional e	Porcentagem de egressos matriculados em programa de pós-graduação,				

		acadêmico do egresso	Porcentagem de egressos aprovados em concursos públicos, porcentagem de egressos ocupantes de cargos de gestão na educação.				
--	--	----------------------	---	--	--	--	--

Quadro 10: Metas e avaliação do curso

7 CORPO DOCENTE, TÉCNICO ADMINISTRATIVO E PESSOAL DE SUPORTE

7.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE

A seguir, é apresentado de maneira minuciosa o conjunto de professores que constituem o corpo docente do Curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo. Essa equipe de profissionais altamente capacitados é escolhida de forma criteriosa, levando em conta sua competência nas áreas de especialização, experiência profissional e comprometimento com os princípios da educação voltada para o contexto rural.

O corpo docente é formado integralmente por especialistas, mestres e doutores, provenientes de diversas áreas do conhecimento, porém unidos pelo foco no estudo da Educação do Campo. Cada integrante do corpo docente desempenha um papel essencial no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formulação de uma abordagem pedagógica inclusiva e centrada no aluno. Além disso, esses professores estão ativamente envolvidos em atividades de pesquisa acadêmica, publicações e projetos de extensão, enriquecendo, assim, a formação dos estudantes.

Considerando que a Segunda Licenciatura em Educação do Campo faz parte do PARFOR EQUIDADE que é uma ação especial realizada no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) gerido pela CAPESas especificidades do edital 23/2023 são atribuições dos professores formadores I e II:

I - elaborar e cumprir plano de atividades em consonância com o projeto pedagógico do curso em que atua e mediante a aprovação do Coordenador de Curso;

II - zelar pela aprendizagem dos alunos e pela qualidade do ensino ministrado.

III - orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina/componente curricular, cumprindo integralmente o programa e a carga horária, os dias letivos e os horários estabelecidos;

IV - participar integralmente de atividades relativas ao planejamento e à avaliação promovidas no âmbito do curso em que atua.

V - atualizar-se constantemente sobre os temas e pesquisas relacionados à área de conhecimento do componente curricular sob sua responsabilidade.

VI - colaborar nas atividades promovidas pela coordenação de curso e pela coordenação institucional.

VII - organizar e aplicar as avaliações acadêmicas dos alunos e comunicar os resultados à coordenação do curso.

VIII - apresentar à coordenação de curso, ao final das atividades do componente curricular ou sempre que solicitado, o plano de curso, o relatório das atividades desenvolvidas e o registro de frequência dos alunos;

IX - fornecer, sempre que solicitado pelas coordenações ou pela CAPES, relatórios e informações pertinentes ao desenvolvimento de suas atividades.

X - orientar os estudantes, quando solicitado.

XI - auxiliar o Coordenador Institucional e o Coordenador de Curso na elaboração dos documentos solicitados pela CAPES e em outras atividades que se fizerem necessárias;

XII - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES, zelando para que sejam cumpridas por todos os envolvidos na implementação do Programa na IES; e

XIII - participar, quando convocado, de reuniões, seminários ou quaisquer outros tipos de eventos relativos ao PARFOR EQUIDADE.

Formação e regime de trabalho do corpo docente				
Nº	Nome	Graduação	Titulação	Regime de trabalho

1	Ivo Marinho Silva	Licenciatura em Letras	Especialista	40h com dedicação exclusiva
2	Maria Amélia da Silva	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	40h com dedicação exclusiva
3	Cedric Ayres	Licenciatura em Filosofia	Mestre	40h com dedicação exclusiva
4	André Luís Gonçalves Pereira	Licenciatura em Letras	Mestre	40h com dedicação exclusiva
5	Ana Alice Agostinho	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	40h com dedicação exclusiva
6	Joacy Vicente Ferreira	Licenciatura em Química	Doutor	40h com dedicação exclusiva
7	Pablo Thiago Correia De Moura	Licenciatura em Sociologia	Doutor	40h com dedicação exclusiva
8	Laura Cavalcanti	Letras	Doutora	40h com dedicação exclusiva
9	Christianne Torres	Engenharia Florestal	Doutora	40h com dedicação exclusiva
10	Tatiely Gomes Bernardes	Agronomia	Doutora	40h com dedicação exclusiva
11	Rubneuzza Leandro	Pedagogia	Mestre	Professora formadora convidada MOVIMENTOS SOCIAIS - MST
12	Antenor Lima	Pedagogia	Mestre	Professor formador convidado MOVIMENTOS SINDICAIS - FETAPE

Quadro 11: Formação e regime de trabalho do corpo docente

7.2 Distribuição dos componentes curriculares por docente

A distribuição dos componentes curriculares por docente será feita com base na formação e domínio técnico e pedagógico para lecionar os conteúdos programáticos propostos nas ementas. Sendo possível o convite e participação de professores formadores ligados aos movimentos de educação popular, movimentos sindicais do campo e movimentos sociais, desde que atendam aos requisitos de formação propostos pelo PARFOR EQUIDADE.

7.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

A Constituição do NDE, conforme prerrogativas legais, como aponta a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 (CONAES) que normatiza o NDE e dá outras providências, indica no seu artigo 1º que:

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Também, deve ser observada neste subitem a Resolução IFPE/ CONSUP nº 17/2015, que define a seguinte constituição para o NDE:

Art. 3º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) será constituído de um mínimo de 5 (cinco) membros do quadro docente permanente lotado no curso, por meio de Portaria do Campus e que exerçam liderança acadêmica.

§1º O NDE será instituído por Portaria do Diretor Geral do Campus.

§2º O NDE terá a seguinte estrutura:

I- Um(a) Presidente, que será eleito(a) entre seus pares;

II- Um(a) Secretário(a), indicado(a) pelos seus pares;

§3º Os docentes deverão ter, preferencialmente, titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu ou pelo menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com esta formação, contratados em regime de trabalho de tempo integral de 40 (quarenta) horas ou 40 (quarenta) horas com Dedicção Exclusiva e com experiência docente.

§4º Na ausência do Presidente e Secretário(a), a Assembleia indicará um dos docentes para assumir a presidência e a secretaria.

§5º A indicação dos membros do NDE será feita pelo Colegiado do Curso, com um mandato de, no mínimo, 3 (três) anos, adotada estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

§6º Os coordenadores do curso e os docentes que participarem da construção do Projeto Pedagógico do Curso serão membros natos do NDE.

§7º A escolha dos novos membros deverá ocorrer 60 (sessenta) dias antes do término do mandato.

O NDE, então, deve ser considerado como elemento diferenciador da composição e organização do corpo docente do curso, sendo composto pelo Coordenador do curso e por, no mínimo, 5 (cinco) membros do quadro docente permanente, sendo que parte desses devem ter participado da implantação do PPC e participa da sua consolidação.

7.3.1 Atribuições do NDE

As atribuições do NDE seguem o que está indicado na Resolução IFPE/CONSUP nº 17/2015. Assim, são atribuições do Núcleo Docente Estruturante do IFPE:

- I. Adotar estratégia de renovação parcial dos membros do NDE de modo a haver a continuidade no processo de acompanhamento do curso;
- II. Atuar no processo de concepção e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso;
- III. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso e no Conselho Superior do IFPE;
- IV. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- V. Contribuir para atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com as demandas sociais e os arranjos produtivos locais e regionais;
- VI. Implantar as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- VII. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VIII. Realizar avaliação periódica do curso, considerando-se as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES em articulação com o trabalho da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em parceria com a Comissão e Avaliação Preventiva da PRODEN;

- IX. Propor ações decorrentes das avaliações realizadas no âmbito do curso em articulação com o trabalho da CPA;
- X. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- XI. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.
- XII. Recomendar a aquisição de bibliografia, equipamentos e outros materiais necessários ao curso;
- XIII. Propor melhoria na infraestrutura do Curso;
- XIV. Sugerir alterações no Regulamento do NDE.

7.3.2 Composição do NDE

São membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo os seguintes profissionais, cuja atuação é essencial para o desenvolvimento e aprimoramento contínuo do curso:

Composição do NDE				
Nº	Nome	Graduação	Titulação	Regime de trabalho
1	Maria Amélia da Silva Costa	Pedagogia	Mestre	40h com dedicação exclusiva
2	Ivo Marinho Silva	Letras	Especialista	40h com dedicação exclusiva
3	Alexsandro da Silva Cavalcanti	Química	Mestre	40h com dedicação exclusiva
4	Pablo Thiago Correa de Moura	Sociologia	Doutor	40h com dedicação exclusiva
5	Cedric John Ayres	Filosofia	Mestre	40h com dedicação exclusiva
6	Laura Jorge Cavalcanti	Letras	Doutora	40h com dedicação exclusiva
7	Joacy Vicente Ferreira	Química	Doutor	40h com dedicação exclusiva

Quadro 12: Composição do NDE

7.3.3 Coordenação do curso

A gestão do curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo é incumbência da Coordenação, responsável por supervisionar, planejar e monitorar o curso, garantindo sua conformidade com os padrões educacionais e as demandas formativas. Ademais, a Coordenação assume um papel fundamental na facilitação da interação entre professores, alunos e demais profissionais envolvidos, fomentando um ambiente acadêmico propício ao desenvolvimento das competências e saberes requeridos para uma prática educativa inclusiva.

As responsabilidades da Coordenação do Curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo incluem:

- I - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades acadêmicas e pedagógicas do curso, em interlocução permanente com a coordenação institucional, com o coordenador adjunto equidade, com o coordenador local e com as demais instâncias técnicas e pedagógicas da IES;
- II - coordenar a organização e o funcionamento do curso, dos componentes curriculares e das turmas durante o período letivo;
- III - zelar pelo cumprimento do projeto pedagógico do Curso, bem como das normas acadêmicas da IES;
- IV - acompanhar os alunos em seu processo de ensino aprendizagem e na avaliação de seus rendimentos;
- V - coordenar e acompanhar as avaliações do curso e o desempenho dos formadores, conjuntamente com os alunos e as equipes técnicas e pedagógicas da IES;
- VI - incentivar a participação dos alunos em pesquisas, projetos de extensão e outras atividades que enriqueçam a sua formação;
- VII - divulgar os documentos oficiais e demais informações relevantes sobre o PARFOR EQUIDADE entre os docentes e discentes do curso;
- IX - supervisionar e acompanhar o preenchimento de diários e relatórios pelos professores formadores, além de responsabilizar-se pelo recolhimento e disponibilização dos documentos relacionados ao curso, quando solicitado pela coordenação institucional, pela CAPES ou por órgãos de controle;
- X - colaborar na realização do processo seletivo dos professores formadores e dos estudantes;

XI - colaborar na elaboração de materiais didáticos ou de divulgação relacionados ao curso;

XI - participar das solenidades ou dos eventos ligados ao curso, quando convocado pela IES ou pela CAPES;

XII - coordenar os procedimentos necessários aos processos de autorização de funcionamento e de reconhecimento do curso;

XIII - zelar pelas boas condições de ensino e de funcionamento do curso;

XIV - assinar documentos relacionados à vida acadêmica dos estudantes e à atuação dos formadores;

XV - coordenar a inserção e a atualização dos dados nos sistemas de registros acadêmicos da IES e nos sistemas de gestão da CAPES;

XVI- cadastrar bolsistas e gerenciar o pagamento das bolsas para os participantes sob sua coordenação;

XVII - auxiliar o Coordenador Institucional e o Coordenador Adjunto Equidade na elaboração dos documentos solicitados pela CAPES e em outras atividades que se fizerem necessárias;

XVII- elaborar relatório com as atividades executadas no curso, a fim de compor o relatório de cumprimento do objeto da IES; e

XIX - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PARFOR EQUIDADE, zelando para que sejam cumpridas por todos os envolvidos na implementação do Programa na IES.

Perfil do coordenador do curso	
Curso	Licenciatura em Educação do Campo
Nome do coordenador do curso	Ivo Marinho Silva
Regime de trabalho	Dedicação Exclusiva
CH semanal dedicada à coordenação	8h semanais
Tempo de exercício na IES	9 anos
Tempo de exercício na coordenação	Curso ainda não iniciado
Formação	Letras
Titulação(nome do curso/ área de concentração/	Especialista em Planejamento em Docência do

IES/ano, conceito Capes	Ensino Superior, Educação, ESAB, 2016
Experiência profissional na área	15 anos
Experiência no magistério superior	10 anos
Experiência em gestão acadêmica	7 anos
Contato (e-mail)	ivo.marinho@afogados.ifpe.edu.br

Quadro 13: Perfil do coordenador do curso

7.3.4 Colegiado do Curso

O Colegiado dos Cursos Superiores (CCS) do IFPE é um órgão democrático e participativo de função deliberativa, consultiva, propositiva e de planejamento acadêmico dos cursos superiores.

Tem como objetivo desenvolver atividades voltadas para elevação da qualidade dos Cursos Superiores, com base no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), na Organização Acadêmica da Instituição e na Legislação vigente.

7.3.5 Constituição do Colegiado do Curso

O Regimento do Colegiado dos Cursos Superiores do IFPE estabelece a seguinte formação:

- I - Chefia de Departamento/Coordenação Geral de Ensino ou instância equivalente no *campus*;
- II - Coordenador (a) do curso de nível superior;
- III - 1 (um) representante da equipe técnico-administrativa;
- IV - Pedagogo (a) responsável pelo Curso de Nível Superior;
- V - Todo o corpo docente do Curso de Nível Superior;
- VI - 1 (um) representante do corpo discente do Curso de Nível Superior;

Abaixo, indicam-se os respectivos membros:

Colegiado do Curso				
Nº	Nome	Graduação	Titulação	Cargo/Função

1	Ivo Marinho Silva	Licenciatura em Letras	Especialista	Coordenador do Curso e professor formador I
2	Maria Amélia da Silva	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	Professora formadora I
3	Cedric Ayres	Licenciatura em Filosofia	Mestre	Professora formadora I
4	André Luís Gonçalves Pereira	Licenciatura em Letras	Mestre	Professora formadora I
5	Ana Alice Agostinho	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	Professora formadora I
6	Joacy Vicente Ferreira	Licenciatura em Química	Doutor	Professora formadora I
7	Pablo Thiago Correia De Moura	Licenciatura em Sociologia	Doutor	Professora formadora I
8	Laura Cavalcanti	Letras	Doutora	Professora formadora I
9	Christianne Torres	Engenharia Florestal	Doutora	Professora formadora I
10	Tatiely Gomes Bernades	Agronomia	Doutora	Professora formadora I
11	Rubneuzza Leandro	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	Professora formadora convidada MST
12	Antenor Lima	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	Professor formador convidado MOVIMENTOS SINDICAIS - FETAPE
13	Priscylla Kelly Pereira dos Santos	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	Pedagoga IFPE

Quadro 14: Colegiado do Curso

7.3.6 Atribuições do Colegiado do Curso

O Regimento do Colegiado dos Cursos Superiores do IFPE, em seu artigo 5º, estabelece as seguintes atribuições:

- I - Analisar e validar o Projeto Pedagógico do Curso para encaminhá-lo à Direção de Ensino ou instância equivalente;
- II - Acompanhar a execução didático pedagógica do Projeto Pedagógico do Curso;
- III – Propor oferta de turmas, aumento ou redução do número de vagas, a ser publicada em edital de seleção, em consonância com o Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI) e observando os recursos humanos, materiais e didáticos existentes no IFPE;

IV - Propor modificações no Projeto Pedagógico do Curso e nos Programas dos Componentes Curriculares, através da indicação de comissão para esta reestruturação;

V - Apreciar e aprovar os planos de atividades a serem desenvolvidos em cada ano letivo, comunicando na época devida à Direção de Ensino ou instância equivalente;

VI - Promover a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso;

VII- Estabelecer critérios e cronograma para viabilizar a recepção de professores visitantes a fim de, em forma de intercâmbio, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VIII - Deliberar sobre questões relativas à vida acadêmica, tais como frequência, equivalência e adaptações de estudos, exames e avaliações de acordo com a Organização Acadêmica;

IX - Atuar de forma consultiva e deliberativa, em primeira instância, na área do Ensino, Pesquisa e Extensão, desde que não conflitue com o que preceitua a Organização Acadêmica e as demais normas do IFPE;

X - Acompanhar a divisão equitativa do trabalho dos docentes do curso, considerando o disposto no Regulamento do Esforço Acadêmico do IFPE, relativo às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XI - Elaborar o cronograma de liberação de professores no âmbito do Colegiado, para participação em cursos de aperfeiçoamento, qualificação profissional em nível de Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado, de acordo com o Plano Institucional de Capacitação do Servidor (PIC);

XII- Apoiar os processos de avaliação do curso, fornecendo as informações necessárias, quando solicitado;

7.4 Coordenação de Apoio ao Ensino e ao estudante (CAEE)

A CAEE, órgão suplementar, subordinado à Direção de Ensino é composta pelo setor de psicologia e assistência social, contando com uma

equipe multidisciplinar de pedagogas, psicóloga, assistente social, assistente de alunos e intérprete de libras. Esse núcleo presta apoio às ações didático-pedagógicas empreendidas no âmbito de todo o Campus Afogados da Ingazeira, que visam à melhoria constante do processo de ensino-aprendizagem e tem por atribuições, entre outras:

- Apoio ao estudante ingressante;
- Apoio ao estudante em repetência;
- Apoio ao estudante em situação de crise;
- Apoio ao Professor: capacitação didático-pedagógica;
- Desenvolvimento de Programa de Sensibilização ao problema do abuso de álcool e drogas na comunidade acadêmica;
- Promoção de cursos, palestras, grupos de reflexão sobre orientação psicológica ao estudante.

7.5 Assessoria Pedagógica

A Assessoria Didático-Pedagógica aos docentes que atuam no Curso de Licenciatura em Educação do Campo é realizada por um(a) pedagogo(a) da Instituição que, entre outras atribuições, deve:

- Prestar assessoria no planejamento de atividades de ensino, compreendendo a aplicação de estratégias e recursos instrucionais e construção de instrumentos de avaliação da aprendizagem;
- Prestar assessoria aos Coordenadores e ao Colegiado do Curso na administração acadêmica, no seu planejamento curricular e na determinação dos procedimentos para o desenvolvimento do mesmo;
- Realizar diagnósticos periódicos sobre as atividades de ensino, junto ao corpo docente, com vistas ao levantamento de suas necessidades didático-pedagógicas;
- Assessorar os docentes na elaboração do planejamento de Curso;
- Prestar assessoramento didático-pedagógico aos Departamentos com vistas à promoção da melhoria da qualidade de ensino, entre outros.

7.6 NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas)

O IFPE campus Afogados da Ingazeira dispõe da coordenação de políticas inclusivas que busca desenvolver ações que promovem o respeito e a diversidade e as especificidades da comunidade acadêmica, valorizando as diferenças sociais, culturais, linguísticas, físicas e emocionais. As ações desenvolvidas por essa coordenação visam à sensibilização e efetivação da garantia da acessibilidade arquitetônica, atitudinal e comunicacional. As mais diversas ações são realizadas em parceria contínua com os NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas). Neste sentido, o campus Afogados da Ingazeira em conjunto com os demais setores da instituição fomentam diversas ações que envolvem toda a comunidade acadêmica no sentido da sensibilização, empatia e respeito aos mais diversos sujeitos que compõem a comunidade acadêmica.

7.7 Pessoal de Suporte

O serviço de limpeza, manutenção e segurança é terceirizado e, no momento, segundo informações fornecidas pela Diretoria de Administração e Planejamento, o *Campus* possui 2 postos de segurança e 12 profissionais com jornada de trabalho de 12/36 horas. Já na área de limpeza do espaço administrativo, salas de aula e demais espaços, o *Campus* possui 16 profissionais dedicados a ofício específico.

Pessoal de Suporte do Campus		
RECURSOS HUMANOS DO CAMPUS	QUANTITATIVO	ÁREAS
Docente*	56	Ensino (diversas)
Técnicos Administrativos**	32	Pedagogas, psicóloga, assistente social, assistente de alunos, intérprete de libras, entre outras
Terceirizados	22	Limpeza, manutenção e segurança

Quadro 15: Pessoal de Suporte do *Campus*

8 INFRAESTRUTURA

8.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

O *campus* Afogados da Ingazeira disponibiliza as salas de aula do Bloco F e do Bloco G para o curso de Segunda Licenciatura em Educação do Campo, pois esses blocos possuem infraestrutura necessária de salas de aula. Quanto ao gabinete do coordenador, estará localizado no Bloco B, aproveitando a estrutura administrativa da Assessoria Pedagógica, e assegurando, assim, uma estrutura mínima suficiente para o alcance dos objetivos desse projeto pedagógico.

8.2 Instalações e Equipamentos

A infraestrutura física atende satisfatoriamente às necessidades do curso, ofertando aos professores e estudantes um ambiente físico adequado a prática da proposta do curso como biblioteca com acervo bibliográfico atualizado, instalações de laboratórios de informática e laboratório IFMAKER, salas de aula, que geram oportunidade de aprendizagem assegurando a construção das competências.

O *campus* Afogados possui 3 salas de professores, 2 localizadas no Bloco G, as quais contam com sala de atendimento individual aos estudantes e gabinetes individualizados para os docentes com computadores. A terceira sala localiza-se no Bloco B, a qual oferta espaço coletivo para os docentes. Todos os espaços dispõem de uma boa estrutura no que diz respeito à iluminação, acústica, ventilação, climatização de ar, equipamentos multimídias e impressoras, frigobar e micro-ondas e, ainda, apresentam ótima conservação, o que garante a comodidade necessária às atividades desenvolvidas pelo corpo docente como, por exemplo, pequenas reuniões, atendimento ao aluno e impressão de materiais didáticos de apoio. As reuniões e jornadas pedagógicas, como reúnem um grupo de professores mais extenso, acontecem na sala de reuniões do *campus*.

A sala de reuniões também está localizada no bloco B e dispõe de mesas, cadeiras, televisão, caixa de som e datashow. O *campus* possui 12 salas de aulas climatizadas e com datashow instalado em cada uma, ainda possuem cada uma das salas 40 cadeiras, birô e cadeira para o docente

Instalações e Equipamentos			
Item	Dependências	Quantitativo	Área (m²)
Áreas Comuns			
1	Sala de Professores	3	42,75
2	Sala de Reuniões	1	88
3	Sala de Coordenações	3	35
4	Biblioteca	1	66
5	Salas de Aula	12	60
6	Espaço de Convivência	1	900
Áreas do Departamento do Curso			
7	Laboratório de Informática	4	54,02
8	Laboratório de IFMAKER	1	54,02

Sala de Reuniões		88 m²	
Item	Equipamento	Quantidade	Especificação
1	Ar Condicionado	1	Aparelho de ar condicionado, capacidade de refrigeração 48.000 btu/h, tipo split.
2	Data show	1	Datashow Epson fixado no teto de cor branca
3	Televisão	1	TV de 60"
Mobiliário			
4	Mesa	15	Mesa de Madeira
5	Cadeira	60	Cadeiras fixas

Quadro 16: Instalações e Equipamentos

8.3 Biblioteca

A biblioteca João Paraibano do IFPE *campus* Afogados da Ingazeira está ligada à Coordenação de Apoio ao Ensino e ao Estudante - CAEE e faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPE - SIBI. Dispõe de um acervo e oferece apoio aos cursos oferecidos na instituição, sendo a base para que os usuários possam usufruir de títulos atualizados e específicos nas áreas de estudo, em diversos suportes, como livros, folhetos, multimeios e periódicos. Também é uma fonte de pesquisa para além da comunidade acadêmica, atendendo a população da região. A biblioteca dá suporte, para além do ensino/aprendizagem, à pesquisa e à extensão, disseminando informações e contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e profissional. Oferece serviços de:

- Empréstimo domiciliar (disponível apenas para a comunidade acadêmica, de acordo com os seguintes prazos):
 - Estudante: 7 dias
 - Professor: 30 dias
 - Técnicos-administrativos: 14 dias
- Consulta local de obras;
- Acesso a bibliotecas virtuais (Biblioteca Virtual da Ebrary, Pearson e Portal de Periódicos da Capes, bem como a Biblioteca de Domínio Público).
- Acesso à internet.

BIBLIOTECA DO IFPE- CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA		
ITEM	Área do acervo	20 m ²
	Área de estudo	25 m ²
	Área Lab. Informática	6 m ²
	Área Administrativa	15 m ²
MOBILIÁRIO		QUANTIDADE
1	Gabinete de estudo individual	9
2	Mesa retangular	4
3	Mesa Redonda	4
4	Cadeiras	16

6	Estante	18
7	Armário com divisórias individuais	3
EQUIPAMENTOS		
8	Televisão	1
9	Kit multimídia	1
10	Computador	15
RECURSOS HUMANOS		
11	Bibliotecário	3
Horário de Funcionamento: Segunda a Quinta das 7h às 22h e Sexta das 7h às 19h, em horário ininterrupto.		

Quadro 17: Biblioteca do IFPE-Campus Afogados da Ingazeira

A Biblioteca possui um terminal de consulta, que pode ser acessado de qualquer local com internet, por meio de link, com consulta do acervo de todo o IFPE por catálogo on-line. Funciona de segunda a sexta, das 7h às 22h, em horário ininterrupto. Considerando o serviço da Biblioteca Virtual, registra-se o que segue.

Biblioteca Virtual e Plataformas de pesquisa no IFPE	
Plataforma	Informações relevantes
EBRARY	Base de dados de livros eletrônicos do IFPE com mais de 100 mil livros na íntegra (764 títulos em português/ 11.400 títulos em espanhol – eLibro™). A base de livros eletrônicos Ebrary já está disponível para acesso. Todos os IPs do IFPE estão liberados. Basta entrar no site http://site.ebrary.com/lib/ifpe/home.action , fazer seu cadastro no ícone “Entrar”, ao lado de “Configurações”. Para baixar os livros em PDF e realizar o empréstimo é necessário baixar o Adobe Digital Editions, pois ele permitirá que o livro fique disponível para você durante 14 dias para leitura. Depois que esse prazo expirar, caso precise, você poderá baixar o livro novamente por mais 14 dias.
PEARSON	A Biblioteca Virtual da Pearson é uma biblioteca com quase 3 mil títulos em português, disponível à comunidade acadêmica do IFPE durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem limites de acesso. O acesso à Biblioteca Virtual da Pearson poderá ocorrer através de qualquer computador, tablet ou smartphone via Sistema Q-Acadêmico. Através da Biblioteca Virtual da Pearson, os usuários do IFPE poderão: <ul style="list-style-type: none"> - consultar o livro na íntegra de forma interativa; - criar uma estante virtual para os seus livros favoritos; - fazer observações e comentários nas páginas dos livros, através da ferramenta de anotações; - imprimir 50% da quantidade de páginas dos livros; e - adquirir material com 30% de desconto.
PERIÓDICO CAPES	O Portal de Periódicos da Capes foi lançado em novembro de 2000 e é uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo, reunindo conteúdo científico de alto nível disponível à comunidade acadêmico-científica brasileira. Ele oferece acesso a textos selecionados em mais de 37 mil publicações periódicas internacionais e nacionais e às mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na web.
BIBLIOTECA DOMÍNIO	Este portal constitui-se em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o

PÚBLICO	de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal.
GOOGLE BOOK	Site do Google para busca de livros na internet. Podem ser acessadas partes de livros ou livros na íntegra, bem como referência, resumo e informações sobre a obra. Se o livro não for protegido por direitos autorais, a editora conceder permissão ou for de domínio público, poderá ser visualizado um trecho do livro e, em alguns casos, o texto na íntegra.
ABNT – NORMAS DA COLEÇÃO IFPE	Atualmente são 93.373 normas na coleção.
BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL	A Biblioteca Digital Mundial disponibiliza na internet, gratuitamente e em formato multilíngue, importantes fontes provenientes de países e culturas de todo o mundo. Os principais objetivos da Biblioteca Digital Mundial são: promover a compreensão internacional e intercultural; expandir o volume e a variedade de conteúdo cultural na internet; fornecer recursos para educadores, acadêmicos e o público em geral; e desenvolver capacidades em instituições parceiras, a fim de reduzir a lacuna digital dentro dos e entre os países.

Quadro 18: Biblioteca Virtual e Plataformas de pesquisa no IFPE
(Fonte: Biblioteca/Proden IFPE,2022.)

Links de acessos:

- EBRARY
<https://ebookcentral.proquest.com/auth/lib/ifpe-ebooks/login.action?returnURL=https%3A%2F%2Febookcentral.proquest.com%2Flib%2Fifpe-ebooks%2Fhome.action>
- PEARSON
<https://qacademico.ifpe.edu.br/qacademico/index.asp?t=6000>
- PERIÓDICOS CAPES
http://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome
- BIBLIOTECA DOMÍNIO PÚBLICO
<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>
- GOOGLE BOOK
<https://books.google.com/>
- ABNT – COLEÇÃO IFPE
<https://www.abntcolegao.com.br/ifpe/fora.aspx>
- BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL
<https://www.loc.gov/collections/world-digital-library/about-this-collection/>

8.4 Material Didático EAD

Mesmo o curso sendo presencial, a biblioteca do *campus* Afogados da Ingazeira disponibiliza livros através do aplicativo biblioteca virtual podendo ser acessado o link:

8.5 Política de Atualização de Acervo

A Direção Geral do *campus*, a cada recurso orçamentário anual existe uma previsão para compra de livros, onde o colegiado dos cursos estabelecem as prioridades e quantitativos dos exemplares a ser comprado. Sendo assim, Anualmente são adquiridos novos exemplares para a biblioteca do *campus* Afogados da Ingazeira através de solicitações dos docentes do curso.

8.6 Infraestrutura dos laboratórios de Informática

O *campus* Afogados da Ingazeira conta com quatro laboratórios de informática e um laboratório de redes. Além disso, dispõe de internet *wi-fi* com velocidade de até 20 mb em todas as dependências do *campus*, com acesso livre a todos os alunos e 20 mb em cada laboratório. Anualmente pode ocorrer a atualização dos laboratórios com a compra de novas máquinas ou de novos equipamentos para substituir os defeituosos.

A política de manutenção de laboratório de informática ocorre de duas maneiras:

- a) Diariamente, no preparo para as aulas práticas, o técnico de laboratório verifica o funcionamento dos equipamentos e realiza manutenções preventivas;
- b) Semestralmente, antes de iniciar o semestre letivo, o técnico de laboratório realiza uma verificação de equipamentos e software em todas as máquinas, realizando tarefas como limpeza de disco, desfragmentador de disco, atualização de softwares e instalação de novos softwares que serão utilizados no próximo semestre.
- c) O uso do laboratório é permitido aos alunos para que estes realizem trabalhos acadêmicos, de pesquisa ou extensão, desde que seu orientador autorize junto ao coordenador de laboratório/técnico de

laboratório. Além do mais, o orientador pode solicitar ao coordenador de laboratório/técnico de laboratório a instalação de softwares que serão utilizados na sua pesquisa/trabalho dos alunos.

8.7 Infraestrutura do IFMAKER

O *campus* Afogados da Ingazeira situado na região do Pajeú, é o único do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco localizado no sertão pernambucano, constituindo-se como a única instituição do baixo Pajeú a ofertar ensino público e gratuito, recebendo estudantes dos 17 municípios que compõem a Mesorregião 3.

A implementação do LAB IFMAKER, possibilitou a oferta de espaço criativo para o desenvolvimento da cultura de aprendizado por meio da prática, estruturando no *campus* e na comunidade circunvizinha a perspectiva multidisciplinar de abordagem dos conteúdos além de disseminar a cultura do “faça você mesmo”. Atuando ainda, como suporte ao processo de ensino e aprendizagem com vistas ao desenvolvimento regional propiciando ambiente de troca de conhecimentos entre as comunidades interna e externa.

O Laboratório foi implantado no *campus* Afogados da Ingazeira em uma área de 54 m², alimentada por instalação elétrica compatível à demanda energética e contém 2 impressoras 3 D grandes e 3 pequenas, 1 escaner 3D, máquina CNC Laser, Kits lego e arduíno, 5 canetas 3D, kit de ferramentas, Televisão e retroprojetor. Salienta-se que no mencionado laboratório ofertou-se cursos de capacitação para estudantes oriundos de escolas públicas e privadas da região e, ainda, curso de capacitação para professores da Rede Municipal de Educação.

Por fim, a oferta da Segunda Licenciatura em educação do Campo irá estabelecer Afogados da Ingazeira como um centro regional de capacitação de professores que já atuam ou almejem atuar nas escolas do campo nos municípios que compõem a região do Pajeú, ressaltando assim a ampla presença e a capacidade de atratividade do IFPE. Nosso grande desafio consiste em unir profissionais da educação para uma formação em um tema frequentemente contestado pelo agronegócio e pela corrente de pensamento dominante, especialmente nos últimos anos e contribuir para a equidade e

diversidade de saberes relacionados aos povos do campo.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF Senado, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação do campo**. CNE/CEB, Brasília, 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL, LDB (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **DECRETO N o 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020**. Disponível em:
<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022.

BENJAMIN, C., CALDART, R.S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, Fundação Universidade de Brasília, 1999 (Por uma educação básica do campo, v. 3).

CALDAS, L. **A formação de professores e a capacitação de professores da EPT**. In: PACHECO, E. Institutos federais uma revolução na educação profissional (Org.). São Paulo: Moderna, 2011. p. 33-46.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Azevedo de (Orgs.). Por Uma Educação do Campo: Contribuições para um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional

"Por Uma Educação do Campo", 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5. p. 10 – 31.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). Por uma Educação do Campo: campo-políticas públicas-Educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde, v. 7, nº 1, p. 35-64, mar/jun. Rio de Janeiro, 2009.

Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).
Resolução Nº 01 de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HENRIQUES, Ricardo.; MARANGON, Antonio.; DELAMORA, Michiele.; CHAMUSCA, Adelaide.(Org.) Cadernos Secad 2: **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf> dezembro de 2023.